

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/ESTUDOS LITERÁRIOS

CÁSSIA APARECIDA GUEDES TIAGO

**INTERSECÇÕES FEMININAS NO ROMANCE *PEDAÇOS DA FOME* DE
CAROLINA MARIA DE JESUS**

Montes Claros-MG
Julho/2025

CÁSSIA APARECIDA GUEDES TIAGO

**INTERSECÇÕES FEMININAS NO ROMANCE *PEDAÇOS DA FOME* DE
CAROLINA MARIA DE JESUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Linha de Pesquisa: Tradição e Modernidade

Orientador: Prof. Dr. Alex Fabiano Correia Jardim

Montes Claros-MG
Julho/2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/ESTUDOS LITERÁRIOS



Dissertação de Mestrado intitulada “**Desafios para a mulher diante da situação de pobreza no romance *Pedaços da Fome* de Carolina Maria de Jesus**”, de autoria da mestrande em Letras – Estudos Literários, **Cássia Aparecida Guedes Tiago**, avaliada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Alex Fabiano Correia Jardim – Orientador (UNIMONTES)

Profa. Dra. Rita de Cássia Dionísio (UNIMONTES)

Profa. Dra. Rafaella Fernandez— (USP)

Montes Claros, julho de 2025.

*Aos meus pais, que muito contribuíram na
minha caminhada. Sem vocês, eu nada seria.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida e por me dar sabedoria para ultrapassar os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado nas horas mais difíceis e felizes da minha vida, além de compreenderem a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Às amigas, que souberam me ouvir e me apoiar nas angústias e ansiedades, em especial a Alínice e Dariane, que sempre foram luz às sombras desse processo.

Aos meus colegas de trabalhos, que me auxiliaram nos momentos em que eu precisei me ausentar e sempre me incentivaram a prosseguir com esta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Literários (PPGL), os quais, por meio de seus ensinamentos, possibilitaram que este trabalho se tornasse realidade, especialmente a Alex Jardim, pelas orientações e direcionamentos.

Há de existir alguém que, lendo o que eu escrevo, dirá: isto é mentira! Mas, as misérias são reais.

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a questão da pobreza e seus impactos para as mulheres de *Pedaços da Fome* (1963), de Carolina Maria de Jesus, a partir dos estudos da interseccionalidade, termo nomeado por Kimberlé Crenshaw para se referir às diferentes formas de discriminação, de gênero, raça ou classe social. Nessa ficção as mulheres são brancas ou sem cor definida, contudo a maioria vive em um contexto social de pobreza e preterimento, realidade comum as mulheres negras. A mulher sofre discriminação não apenas por ser mulher, mas também por ser mulher negra, mulher pobre, mulher mãe solo. Nesse sentido, a interseccionalidade estuda a relação entre essas opressões. Além disso, esta pesquisa abordará também os estudos feministas e aqueles voltados à temática da pobreza, que tratam da relação entre a condição de ser mulher e a vivência da pobreza. Essa teoria evidencia como as mulheres são afetadas pela falta de recursos financeiros, pelas oportunidades econômicas restritas e pela desigualdade de gênero, principalmente quando assumem a responsabilidade pelo sustento da família. Também são considerados os estudos sobre a reprodução social e o cuidado, os quais destacam que a pobreza é perpetuada ao longo do tempo, bem como o papel central da mulher diante de serviços convencionados como femininos, como os trabalhos domésticos e os cuidados com a família – tarefas geralmente não remuneradas. As mulheres de *Pedaços da Fome* sofrem diversas opressões, sobretudo de gênero e social. Elas representam os embates vividos pelas mulheres em tempos de modernização e industrialização da sociedade brasileira, em que a alimentação e a moradia constituem o grande obstáculo da classe trabalhadora feminina. A protagonista Maria Clara Fagundes representa as mulheres que saem da zona de conforto ou acomodação para enfrentar novos desafios em um corpo social cuja cultura do preconceito as torna mais pobres e vulneráveis. *Pedaços da Fome* traça uma crítica às políticas públicas brasileiras de meados do século XX, período em que não havia investimento suficiente em educação de qualidade para todos, além de atestar a má distribuição de renda. As análises foram interpretadas à luz de teóricos como Kimberlé Crenshaw (2020), Carla Akotirene (2019) e Ângela Davis (2016). Realiza-se, ainda, uma análise da recepção crítica da narrativa para melhor compreensão da contribuição significativa dessa produção literária e, especialmente, da escrita de Carolina Maria de Jesus para a literatura brasileira.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus; *Pedaços da Fome*; Interseccionalidade; feminismo e pobreza; reprodução social e cuidado.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the issue of poverty and its impacts to the women in *Pedaços da Fome* (1963), by Carolina Maria de Jesus, based on intersectionality studies, a term named by Kimberlé Crenshaw to refer to the different forms of discrimination based on gender, race, or social class. In this fictional work, the women are white or of undefined race, however most live in a social context of poverty and neglect a reality common to black women.

The Woman suffers discrimination not only because she is a woman, but also for being black woman, poor woman, and single mother woman. In that regard, intersectionality studies the relationship between these oppressions. Furthermore, this research will also address feminist studies and those focused on the theme of poverty, which deals with the relationship between the condition of being a woman and the experience of poverty. This theory highlights how women are affected by a lack of financial resources, by the restricted economic opportunities and gender inequality, mainly when they assume responsibility for providing for their families. Studies on social reproduction and care are also considered, which highlight that poverty is perpetuated over time, as well as the central role of woman in tasks conventionally considered feminine, such as housework and family care—generally unpaid tasks. The women in "*Pedaços da Fome*" suffer from various forms of oppression, above all gender and social. They represent the clashes experienced by women in times of modernization and industrialization of Brazilian society, where food and housing constitute the greatest obstacles for the female working class. The protagonist, "Maria Clara Fagundes," represents women who leave their comfort zone or accommodation to face new challenges in a society where the culture of prejudice makes them poorer and more vulnerable. Narrated from a maternal perspective, *Pedaços da Fome* draws a critique to the Brazilian public policies of the mid-twentieth century, a period in which there was insufficient investment in quality education for all, in addition to attesting to the poor income distribution. These analyses were interpreted in light of theorists such as Kimberlé Crenshaw (2020), Carla Akotirene (2019), and Ângela Davis (2016). Still taking place an analysis of the critical reception of the narrative to better understand the significant contribution of this literary production, and especially of Carolina Maria de Jesus's writing, to the Brazilian literature.

Keywords: Carolina Maria de Jesus; *Pedaços da Fome*; Intersectionality; feminism and poverty; social reproduction and care.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1 CAROLINA, <i>PEDAÇOS DA FOME</i> E A CRÍTICA	15
1.1 <i>Pedaços da Fome</i> : recepção crítica	25
2 INTERSECCIONALIDADE: DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E CLASSE SOCIAL EM <i>PEDAÇOS DA FOME</i>.....	41
2.1 A construção do feminino em <i>Pedaços da Fome</i>	50
2.2 O não-lugar da personagem Maria Clara	545
3 FEMINISMO E POBREZA: INTERSEÇÕES ENTRE A NARRATIVA E O PATRIARCADO	62
3.1 A teoria da reprodução social e do cuidado: aditamento a pobreza	71
3.2 As mulheres pobres: afeto e solidão	768
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS.....	879

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação de mestrado tem como objeto de análise o primeiro romance de Carolina Maria de Jesus, *Pedaços da Fome* (1963). A escolha por uma obra da autora surgiu a partir do primeiro contato com sua escrita, marcada pela obstinação e ousadia que a singularizam. Tal decisão também se justifica pelo apagamento a que Carolina de Jesus foi submetida, durante décadas, em decorrência de aspectos recorrentes à sociedade patriarcal, bem como a questões raciais, sociais e culturais que contribuíram para a marginalização de sua produção literária. Apesar da relevância temática e da qualidade literária de sua obra, a escritora ainda não é satisfatoriamente lida e estudada no Brasil.

Lançado de forma independente por Carolina Maria de Jesus, em 30 de agosto de 1963, na galeria Prestes Maia, em São Paulo, *Pedaços da Fome* chegou ao mercado literário de forma bastante tímida, por meio de uma editora de pouco destaque à época. Cumpre dizer que o romance não recebeu notoriedade da comunidade literária naquele período, e, ainda hoje, permanece praticamente desconhecido.

No interior da narrativa,¹ há um pôster com a imagem de uma jovem branca, de cabelos curtos, corpo magro, descalça e com roupas desalinhadas e rasgadas. A mulher carrega um bebê nos braços. Essa imagem se associa à personagem Maria Clara, uma mulher branca, submissa em sua fala e fora de seus privilégios. Ao longo do livro, encontram-se seis gravuras em preto e branco, dispostas aleatoriamente, que mais se parecem com borrões e são ilegíveis. A última dessas imagens demonstra os contornos de um rosto negro, feminino e visivelmente sofrido, traços que demonstram se tratar de uma mazela histórica da sociedade brasileira. Em outras palavras, a escravização apenas mudou de nome, hoje, manifesta-se por meio da falta de inclusão e da desvalorização da diversidade, aniquilando aqueles que não têm acesso aos recursos financeiros.

Carolina Maria de Jesus, mineira, mudou-se ainda jovem para São Paulo, onde atuou como catadora de materiais recicláveis. Enquanto se dedicava a essa atividade, documentava em seus cadernos as dificuldades que enfrentava como mulher negra, favelada e mãe solo, além de relatar o cotidiano da favela do Canindé, comunidade

¹ Para esta pesquisa, foi utilizada a primeira e única edição do livro *Pedaços da Fome*, de 1963.

em que residia. Essas anotações, posteriormente, deram origem ao livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), primeira produção da escritora, a qual alcançou grande repercussão no mercado editorial.

Acerca de sua escrita, percebe-se a abordagem temática frequente da pobreza e da vulnerabilidade enfrentadas por mulheres pertencentes às camadas sociais mais desfavorecidas. Em seus livros, as protagonistas são predominantemente mulheres provenientes de favelas, cujas histórias giram em torno da falta de recursos essenciais, dos conflitos internos que enfrentam e da batalha para romper o ciclo da pobreza. Nesse contexto, pode-se considerar sua escrita como marcada pela denúncia social das injustiças e desigualdades que vivenciou e que ainda representam a realidade de muitas pessoas que vivem em condições de pobreza e exclusão social.

No romance *Pedaços da Fome* (1964), por exemplo, a protagonista Maria Clara Fagundes, uma mulher branca e pertencente à classe média alta, experimenta uma mudança drástica em seu estilo de vida ao se casar com um golpista e se mudar para a cidade de São Paulo. Nessas condições, ela vivencia situações de preconceito, sexismo, desvalorização e outras formas de opressão que a excluem do círculo social ao qual estava acostumada e evidenciam a luta diária das pessoas que vivem em condições de pobreza e exclusão.

A partir disso, percebe-se que a narrativa levanta discussões sobre as questões de gênero e a pobreza, evidenciando a forma como o público feminino é afetado desmedidamente pela carência de recursos, pela restrição de oportunidades econômicas e pela desigualdade de gênero. Esse romance apresenta uma história que permite analisar as transformações sociais e culturais na sociedade brasileira, no início do século XX, com especial destaque para a condição das mulheres, que, em sua maioria, eram privadas de direitos e/ou posição de prestígio social. A letargia do poder público permite que a fome e a miséria dividam a nação, atingindo principalmente as pessoas de pele negra. Trata-se de uma intersecção entre desigualdade racial e de gênero, a qual limita o acesso a oportunidades, além de comprometer os resultados positivos de grupos socialmente menos favorecidos.

O romance apresenta a trajetória da protagonista Maria Clara em duas etapas que abrangem a discussão acerca do papel da mulher na coletividade. Na primeira, a personagem recebia de sua mãe, Virgínia, uma formação voltada ao cuidado da casa e da família, para que, futuramente, pudesse exercer seu papel como “esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo”

(D'Incao, 2020, p. 223). Logo, suas necessidades e seus sonhos eram voltados para a conquista da felicidade por meio de um casamento – típica perspectiva construída pelo pensamento patriarcal.

Na segunda etapa, já casada e desprovida de qualquer privilégio social, Maria Clara se depara com uma realidade de vida totalmente diferente da que vivia no interior: casada, mãe e com a responsabilidade garantir o sustento da família, uma vez que seu esposo não demonstrava interesse em ser presente no ambiente familiar. À medida que os recursos financeiros se tornam escassos para Maria Clara e sua família, eles se veem obrigados a trocar o cortiço pelas ruas e, posteriormente, pela favela em São Paulo. É a partir dessa vivência de extrema pobreza que a protagonista adquire consciência das desigualdades de classe, de gênero e de valores, passando a identificar uma sociedade marcada pelo preconceito, na qual o valor de uma pessoa é mensurado por sua aparência ou por aquilo que possui.

Esse preconceito pode ser identificado no fragmento em que Maria Clara reencontra com o pai em uma praça pública. Percebe-se que o inspetor contratado por ele para procurá-la é o mesmo que a atendeu na delegacia em outras situações. No entanto, ele não a reconheceu por estar à procura de uma jovem rica, isto é, alguém cuja aparência fosse compatível com trajes considerados elegantes. Em nenhum momento lhe ocorreu que aquela moça pobre, maltrapilha e com muitos filhos pudesse ser a mesma pessoa que procurava. Para o inspetor, Maria Clara era apenas mais uma entre os sujeitos invisíveis do corpo social, destituída de qualquer valor: “Oh! É isto que é a tua filha!” (Jesus, 1963, p.206). O pronome demonstrativo “isto” é empregado para referir-se a coisas, e não a pessoas. Assim, à luz do excerto, evidencia-se que o indivíduo em situação extrema de pobreza e vulnerabilidade deixa de ser reconhecido como ser humano, sendo tratado como uma coisa qualquer, desprovido de valor e significância.

Outro aspecto abordado na narrativa é o abandono parental vivenciado pela protagonista, dado que seu esposo não buscou meios de prover o cuidado e a criação dos filhos, como demonstra a passagem a seguir, que relata o nascimento de primeiro deles: ele saiu com o objetivo de buscar a parteira e “três dias depois, o Paulo apareceu todo amarrotado, sem escanhoar-se. Pegou o filho e deu-lhe um beijo” (Jesus, 1963 p. 138). Fica evidente que, durante o período em que esteve casada, Maria Clara foi submetida a diversas formas de humilhação e violência, sobretudo psicológica e emocional. O casamento conturbado e desprovido de confiança estava

destinado ao fracasso. No entanto, para manter o controle da situação, Paulo Lemes buscava controlar as ações emocionais da esposa, ora se fazendo de vítima, ora a envolvendo com carinhos, de tal forma que conseguiu mantê-la ao seu lado durante sete anos.

A fidelidade à formação familiar que recebera também contribuiu para que a protagonista levasse adiante o enlace matrimonial. Mesmo consciente de que, naquela relação, caberia unicamente a ela a administração e a manutenção da casa, permanecia submissa ao esposo, aceitando o sofrimento e a luta diária pela sobrevivência, o que pode ser justificado pelas características da população da época, na qual uma boa esposa deveria ser obediente ao consorte e zelar por sua família. Em suma, fica evidente que Maria Clara não conseguiu alcançar independência emocional durante o casamento, tornando-se suscetível à negligência, à fome, ao abandono, entre tantas outras situações vexatórias e humilhantes. A protagonista representa as mães de família que vivem abaixo da linha da pobreza, lutando diariamente pela sobrevivência dos filhos. No interior ou na capital, a fome e a doença causam os mesmos danos, atingindo principalmente o emocional materno: “Todos os dias é um sofrimento que vem visitar-me. Visita que me faz chorar” (Jesus, 1963 p. 203).

A literatura de Carolina Maria de Jesus projeta questões relacionadas à função da mulher no âmbito social e suas implicações para o desenvolvimento social e econômico, à medida que debate o aprisionamento feminino aos papéis tradicionais de gênero. A análise do romance *Pedaços da Fome* (1963) permite depreender os conceitos de interseccionalidade, feminismo e pobreza, bem como o modelo de reprodução social e de cuidado no corpo social brasileiro.

Ao longo da narrativa, percebe-se que a condição de submissão da personagem foi um fator crucial para que a linearidade dos eventos em sua vida a colocasse em situação de miséria. A jovem sempre alimentou o desejo de retornar ao seio familiar e não demonstrava medo de ser rejeitada pelo pai, pois confiava em seu amor. No entanto, preferiu insistir no casamento, partindo da ideia de que o matrimônio é um vínculo inquebrável e que cabe à mulher zelar por sua manutenção. Foi com esse pensamento que Maria Clara permaneceu ao lado de seu esposo, Paulo Lemes, e vivenciou diretamente a fome e a pobreza, visto que ele não lhe oferecia suporte financeiro nem emocional, deixando-a como única responsável pelo sustento da família e pela educação dos filhos.

A Cúpula do Desenvolvimento Social – reunida em Copenhague, em 1995 – constatou que as mulheres estão mais suscetíveis aos efeitos da pobreza. Desse modo, é preciso desenvolver meios para que a igualdade de gênero e a equidade sejam efetivamente garantidas para homens e mulheres, especialmente em relação à educação, ao trabalho e ao cuidado com os filhos. Nesse sentido, a IV Conferência sobre a mulher – realizada em Pequim, em setembro de 1995 – destacou que a pobreza se manifesta em várias modalidades, sobretudo pela falta de recursos produtivos suficientes para garantir um meio de vida sustentável, ou, de forma mais veemente, por meio da fome, da desnutrição e da falta de acesso à saúde, o que contribui para o aumento de enfermidades e mortalidade. Outra modalidade é a falta ou o acesso limitado à educação e a outros serviços básicos, tais como moradias inadequadas ou a ausência destas, em razão da insegurança, discriminação e exclusão social. Caracteriza-se, ainda, pela falta de participação nas tomadas de decisões e na vida civil, social e cultural. Depreende-se, dessa forma, que as mulheres estão mais suscetíveis a todas essas modalidades de pobreza.

Outra temática abordada por Jesus é a maternidade, que, na narrativa, reduz a mulher unicamente a esse papel. A protagonista, após tornar-se mãe, passa a viver exclusivamente em função dos filhos, sem direito a escolhas ou oportunidades para além do ambiente doméstico. É sabido que o trabalho não remunerado, como o cuidado com os filhos, constitui uma carga significativa de trabalho exercida pelas mulheres. Trata-se de um trabalho invisível realizado não para elas mesmas, mas para os outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (Hirata, 2007, p. 597).

Esta dissertação se propõe a estudar a relação entre o romance e as teorias feministas. A pesquisa está dividida em três capítulos, sendo o primeiro dedicado aos fatos relevantes da trajetória de vida da escritora, os quais foram determinantes para a formação de uma autora original, que se manifesta em múltiplas expressões. Ainda no primeiro capítulo, apresenta-se um levantamento da recepção crítica do livro *Pedaços da Fome* (1963), no qual são elencadas as dissertações e teses localizadas no Repositório de Teses e Dissertações da Capes que trouxeram esse romance para o campo da pesquisa.

No segundo capítulo, estabelece-se uma conexão entre o conceito de interseccionalidade e o encadeamento da narrativa, com o propósito de analisar os recortes de opressões ao qual o público feminino é submetido na produção de

Carolina Maria de Jesus. Esse capítulo está fundamentado no texto “A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero” (2004), de Kimberlé Crenshaw; no Livro *Interseccionalidade* (2016), da autora brasileira Carla Akotirene; e na produção também nomeada *Interseccionalidade* (2021), das autoras Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge.

O terceiro e último capítulo destaca a correlação entre a narrativa e os estudos que se refere ao feminismo, à pobreza, à reprodução social e ao cuidado. Tem como referência o livro *A mulher na sociedade de Classes: mito e realidade* (2013), de Heleith Saffioti. Nesse sentido, busca-se identificar de que maneira a estrutura da narrativa se aproxima da corrente feminista. Esse movimento, em sua segunda onda, teve como foco questões como sexualidade, violência de gênero e igualdade no mercado de trabalho – temas que possuem estreita relação com o romance de Carolina Maria de Jesus. Portanto, a leitura de *Pedaços da Fome* (1963) possibilita conhecer as lutas vividas por mulheres, mães e esposas que representam a coletividade brasileira, sobretudo aquelas desprovidas de bens e prestígio social.

Por fim, *Pedaços da Fome* (1963) se apresenta como uma narrativa que guarda semelhanças com a escrita negra feminina, considerando que nela se encontram reflexões sobre diversas formas de servidão vividas pela mulher – servidão ao pai, ao esposo e ao sistema capitalista –, bem como as opressões às quais as minorias estão sujeitas, principalmente na sociedade brasileira da época, que vivia um processo de modernização. Nesse livro, a escritora destaca a relação íntima entre o ser feminino, a pobreza e a felicidade.

1 CAROLINA, *PEDAÇOS DA FOME* E A CRÍTICA

“A vida é concernente
Aos que dela tiram proveito.

*Eu sofro horivelmente
Ao ver o meu sonho desfeito
Será banalidade...
Sonhar com a felicidade?”
Carolina Maria de Jesus*

Carolina Maria de Jesus, mineira natural de Sacramento, no sudoeste do estado, foi considerada uma das principais escritoras brasileiras negras. Nascida em 14 de março de 1914, segundo a própria Carolina a data de seu nascimento pode ser incerta, considerando que não foi registrada em cartório quando criança. Outra evidência consiste na divergência com a data de nascimento constante na certidão de batismo. Carolina é de origem humilde, neta de escravizados, desde a infância, já se mostrava questionadora, curiosa e profundamente desejosa de alcançar poder para lutar pelos seus ideais. Na infância, ansiava ser homem para ter força e, conseqüentemente, poder. Esse desejo incansável de empoderar-se a acompanhou por toda a sua trajetória, assim como apresenta o fragmento abaixo:

E, no que diz respeito à condição inferiorizada colocada para as mulheres, especialmente as pobres e as negras, há passagens em sua escrita em que **Carolina Maria de Jesus, ainda criança, revela o desejo de ser homem**. Ela observava que só os homens apareciam descritos como heróis, eram fortes, ganhavam dinheiro e as mulheres gostavam dele (Evaristo, 2023, grifos nossos).

Em terras mineiras, a escritora era apenas a menina Bitita – humilde, trabalhadora rural, inconformada com assuntos existenciais, crítica em relação ao meio em que vivia, descontente com as diferenças étnicas e sociais da época. Na infância, Carolina Maria de Jesus era conhecida pelo cognome Bitita – alcunha que, décadas depois, se tornaria o título de seu livro de memórias: *Diário de Bitita*².

Desde criança era considerada muito astuciosa. Aos sete anos, por meio da interferência da patroa de sua mãe, conseguiu matricular-se na escola Alan Kardec, considerada uma das melhores daquele período. No início do percurso escolar, sentiu dificuldade de adaptação ao ambiente, precisou superar as críticas dos colegas, foi persistente e, após ser desafiada pela professora, logo aprendeu a ler e nunca mais

²*Diário de Bitita* foi publicado postumamente em 1982, na França, pela editora A.M. Métailié, com o título *Journal de Bitita*. No mesmo ano, concorreu ao “Grande Prêmio Literário das leitoras de Elle”, sendo considerado o melhor na categoria documental.

parou. Foi apenas dois anos de estudo formal, tempo suficiente para que adquirisse o gosto pela leitura e pela escrita.

Sua primeira experiência com a leitura de um livro foi com *A Escrava Isaura* (1875), de Bernardo de Guimarães. Tornou-se uma leitora voraz, leu clássicos, a exemplo de *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões. Seu fascínio pela leitura era tão grande que acabou sendo presa por estar lendo um dicionário de capa preta na porta da rua. A polícia suspeitou que se tratasse de um livro de bruxaria – prática proibida para os padrões da época – e, por isso, ela e sua mãe foram detidas, conforme consta no livro *Diário de Bitita*.

[...] Eles pararam na minha frente e deram ordem de prisão. Não perguntei por que estava sendo presa. [...]
[...] _ você anda lendo o livro de São Cipriano. Pretende botar feitiço em quem? (Jesus, 1982, p. 179-180).

Após a morte de sua genitora, migrou-se para São Paulo, onde passou a ser conhecida como Carolina Maria de Jesus – mulher determinada, que trabalhou como doméstica em diversas casas de família. Quando esteve desempregada e grávida, não hesitou e foi trabalhar com recicláveis, catando papel, ofício que lhe garantia muitas leituras, unindo prazer pessoal e profissionalismo. Não obstante o curto currículo escolar, sua formação como leitora foi moldada por textos de grandes nomes da literatura, da filosofia e de estudiosos políticos.

Carolina Maria de Jesus conhecia a obra de nomes como Castro Alves, Luís de Camões, Nietzsche³. Sobre o filósofo alemão, ela afirmou que as “profecias do Nietzsche já estão vigorando” (Jesus, 1986, p. 47), o que confirma que a escritora o lia. De posse de um amplo conhecimento empírico, moldado por sua experiência de vida, Carolina tornou-se uma pensadora de políticas públicas. A crítica social é um tema de grande notoriedade em sua obra.

É necessário que o nosso governo estadual procure elevar as construções de escolas nos bairros periféricos e incentivar construção de fábricas para o estacionamento do povo. É necessário construir residências para as professoras nos locais. O que eu acho injusto é

³ Friedrich Nietzsche, filósofo alemão, crítico cultural, poeta e compositor prussiano do século XIX. Nietzsche foi um provocador intelectual, suas reflexões continuam a influenciar a cultura, a arte e a ciência até os dias atuais. A vontade de Poder é o conceito central da filosofia nietzschiana. Ele acreditava que todos os seres humanos são movidos por um desejo inato de expandir seu poder e influência, não somente poder físico ou político, mas a busca por autoconhecimento, criatividade e realização pessoal.

que as nossas professoras não têm um adicional nos vencimentos e com o próprio salário tem que viver e pagar as conduções (Jesus, 1996, p. 259).

A questão da moradia sempre foi um grande obstáculo em sua vida, uma vez que, desde a infância, buscava ter uma casa própria. A escritora construiu um pequeno barraco na favela do Canindé. Certa vez, durante uma reportagem para o Jornal a *Folha de São Paulo*, conheceu o repórter Audálio Dantas e lhe mostrou seus cadernos, pelos quais ele demonstrou interesse em publicar. Em 1960, foi publicado seu primeiro livro, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, um sucesso no mercado editorial da época, que a tornou mundialmente conhecida como uma mulher negra, mãe solo, favelada, independente, crítica, inteligente e, agora, escritora. Em seus diários, Carolina discorria sobre seu cotidiano, abordando vivências marcadas pelo racismo, sexismo, abuso e infanticídio, além de apresentar análises poéticas com um tom de denúncia.

Com os recursos do livro, Jesus se mudou da favela e realizou seu grande sonho: ter uma casa de alvenaria. *Casa de alvenaria*, aliás, é também o título de seu segundo livro, publicado em 1961. Ainda, a escritora lançou outras produções em gêneros diversos, demonstrando seu potencial e genialidade. Ela não era apenas uma escritora de diários, visto que, em sua coletânea, é possível encontrar poesias, romances, peças teatrais, entre outros gêneros que compõem seu potencial criativo, presente desde a infância – marcada por uma postura perspicaz, insubordinada e dedicada à compreensão do mundo ao seu redor.

Quando criança, desejava ser homem para ter força e poder –desejo que, na fase adulta, atribuiu à literatura. Totalmente envolta com a ficção, a literatura era, para ela, uma necessidade diária. Mesmo trabalhando em atividades não ligadas às letras, a escritora nunca deixou de ler e escrever. Antonio Candido assegura que a Literatura é uma manifestação universal da humanidade e, confirmando a essa concepção, faz-se necessário destacar o trecho a seguir:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (Candido, 2011, p. 176).

Carolina Maria de Jesus foi uma autodidata e considerada, por muitos, uma multiartista. A escritora lia, diariamente, livros que ganhava e outros textos que encontrava no lixo. Seu poder criativo percorreu outros campos das artes, como a música: a composição e a gravação do álbum intitulado “Quarto de Despejo: Carolina Maria de Jesus cantando suas composições”, gravado pela RCA Victor em 1961, composto por doze faixas que trazem sambas cujas letras ecoam a mesma percepção crítica que marcou sua escrita, revelando um grande rol de temas feministas, disparidades sociais e denúncias sobre a realidade brasileira.

No samba “Pinguço”, Jesus denuncia a violência doméstica e reafirma sua insubordinação diante do modelo social e da estrutura familiar vigentes à época. Afirma-se como mulher independente, que não aceita uma vida de sofrimento ao lado de um homem alcoólatra, revelando o quanto é essencial que a mulher possua autonomia e dignidade.

Eu é que não sirvo pra ser mulher de pinguço
 Eu é que não sirvo pra ser mulher de pinguço
 O pinguço chega em casa
 Não compra nada e quer comer
 Bate na mulher, põe os filhos pra correr
 Quem casa com pinguço vai sofrer (Jesus, 1961).

Carolina Maria de Jesus chegou a São Paulo em 1937. Naquela época, já se dedicava à escrita, especialmente de poesia. Segundo seu biógrafo Tom Farias, no livro *Carolina: uma biografia* (2018, p. 113), naquele período, ela se voltava à leitura e à poesia. Na nova cidade, imersa em novas experiências, o desejo de se manifestar por meio da literatura intensificou-se ainda mais, de forma que seu objetivo era prosperar na vida como poeta. Para tanto, exibia-se em eventos, festas, circos e, sobretudo, nos jornais paulistanos. O poema “O colono e o fazendeiro” foi composto antes de sua chegada a São Paulo, quando vivia migrando de fazenda em fazenda, no interior, entre Minas e São Paulo. Esse poema é considerado sua primeira experiência literária.

A Dolores, minha prima, arranjou serviço em Franca. Minhas feridas cicatrizaram, eu fui trabalhar na cidade. Empregada doméstica. E estava contente. O meu padraсто, fugiu, fomos buscar a minha mãe e o Adãozinho, o filho da minha tia, que havia falecido com barriga d’água. Foi por sofrer muito nas fazendas que escrevi uma poesia: “O colono e o fazendeiro” (Jesus, 1986. p. 139).

Com seu fazer poético, a escritora procurava as redações dos jornais para apresentar seus escritos. Muitos jornalistas se interessavam; contudo, ao tomarem conhecimento de que se tratava de uma autora negra, desistiam. Mesmo diante do preconceito racial, ela conseguiu que alguns jornais, como a *Folha da Manhã* (1940), pertencente ao grupo *Folha de São Paulo*, publicassem algumas de suas poesias. Apesar de seu esforço para se revelar como poeta, o livro de poesias só foi publicado postumamente, em 1986, com o título *Antologia Pessoal*.

Cumprir dizer que o ato de escrever, para mulheres como Carolina Maria de Jesus, constitui uma forma de alcançar êxito na vida. É uma maneira de obter reconhecimento pessoal, autoafirmação e inserção no mundo do qual sempre esteve à margem social, sem participação e função efetiva, assim como um rebotalho. O ato da escrita pode ser visto, para Carolina Maria de Jesus, como uma ferramenta de resistência, uma afirmação de sua identidade e cultura. Em outras palavras, é possível inferir que essa é maneira pela qual a escritora combateu a inferiorização e o silenciamento de sua voz, marcada pela condição de mulher, negra, pobre e semianalfabeta, porém dotada de uma técnica de escrita.

Pode-se afirmar que Carolina Maria de Jesus pertence ao grupo de pessoas que sustenta o país com a força de seu trabalho. Todavia, essas pessoas estão à margem da sociedade, a qual supervaloriza a cultura eurocêntrica e patriarcal, confinando a classe operária ao denominado quatinho do despejo social, em que há obrigações, mas não benefícios reconhecidos. Dessa forma, para Jesus, manifestar-se por intermédio da escrita é de extrema importância, pois a posiciona no mesmo patamar da minoria dominadora e lhe permite romper com o ciclo de opressão.

A experiência de vida de Carolina de Jesus e a cultura da favela lançam luz sobre sua obra, uma vez que, em verso ou em prosa, os elementos da favela, da pobreza e da classe trabalhadora estão sempre presentes. É inegável que a favela e o interior sejam seus locais de fala, e ela os utiliza como forma de protesto e denúncia, a fim de dar visibilidade a uma realidade ignorada pela sociedade. Assim, a escritora se insere na literatura como porta-voz das minorias e representante das intersecções sofridas pela mulher. Por meio de seus textos, de suas escrevivências⁴, citando

⁴ Termo criado pela escritora Conceição Evaristo. O vocábulo “escrevivência” traz a junção das palavras “escrever e vivência”. Segundo a autora, a “escrevivência não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade” (Evaristo, 2022).

Conceição Evaristo (2022), é possível compreender a opressão feminina e as dificuldades pelas quais o pobre se defronta na sociedade brasileira.

O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e, quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? Tento responder. Talvez essas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo (Evaristo, 2020 p. 35).

A leitura proporcionou à Carolina o poder de pensar e transformar suas experiências em escritas. Por intermédio de seus textos, ela se tornou livre e insubordinada, seja pela forma de sua escrita – que vai de encontro ao padrão gramatical –, seja pela ousadia de seus conteúdos, que abordam o Brasil real – país do século XX, envolto em progresso e degradação. Nesse cenário, a escritora tece críticas severas à sociedade e ao sistema capitalista, questionando as desigualdades existentes tanto na metrópole quanto na área rural.

No poema “O Colono e o Fazendeiro”, a escritora apresenta o tema da reforma agrária, evidenciando as diferenças entre patrão e empregado e denunciando as injustiças operadas por aqueles que detêm o poder em contraste com a ausência de garantias para quem possui apenas a força de trabalho. Nesse mesmo sentido, em sua publicação autobiográfica, *Diário de Bitita* (1982), Jesus enfatiza suas denúncias sociais, étnicas e de gênero e apresenta um país preconceituoso, que valoriza o estrangeiro em detrimento do brasileiro de origem africana, o qual, desiludido pelas explorações sofridas no campo, acaba por migrar para os centros urbanos.

Atualmente, eles fazem assim: dão as terras para os colonos plantarem; quando vai se aproximando da época da colheita, o fazendeiro expulsa colono e fica com as plantações e não paga nada para o colono. O fazendeiro tem uma atenuante: as terras são minhas, eu pago imposto. Sou protegido pela lei (Jesus, 1986, p. 140).

Conforme Carolina Maria de Jesus, a educação é a mola propulsora capaz de elevar as possibilidades de minimizar as disparidades sociais no Brasil. Em meados do século XX, a educação era restrita e elitizada, ou seja, um privilégio de brancos e burgueses. No entanto, naquela época, o mercado de trabalho já apresentava fortes

indícios de que necessitava de mão de obra qualificada, visto que estava em plena transição de uma economia rural para uma industrial. Nesse viés, considerando-se a época e as transformações, é possível afirmar que os investimentos em educação ainda eram ínfimos. Faltavam escolas públicas para atender à população pobre, bem como não havia, ainda, o reconhecimento de que a educação deveria ser obrigatória e constituir um direito de todos, conforme estabelece a atual Constituição Federal.

Seguindo essa perspectiva, Carolina Maria de Jesus relata, em suas produções, sua insatisfação com as diferenças educacionais entre a elite e a plebe, as quais contribuem drasticamente para a invisibilidade social do sujeito. Ainda segundo a autora, no livro *Diário de Bitita*, os portugueses não construíram escolas no Brasil, o que justifica, até certo ponto, o atraso do país, que necessitou de muito tempo para começar a reverter essa realidade. Em outro momento, ela aponta que os bancos têm receio de que os negros tenham acesso à educação, pois isso lhes conferiria certo poder, permitindo-lhes passar da condição de sujeitos dominados à de sujeitos dominadores, conforme demonstra o fragmento a seguir: “E vocês vão ver coisas piores, pois o Rui⁵ chegou a dizer que, se o negro estudar poderá ser governador, presidente, deputado, senador e até diplomata” (Jesus, 1989, p. 62).

No romance *Pedaços da Fome* (1963), produção em análise, ela retoma, em diversas passagens, essa crítica ao sistema educacional brasileiro, apontando que é por meio da educação que se promove o desenvolvimento social e pessoal do indivíduo.

O coronel perpassava o olhar pelos barracões mal construídos. Dizia: _se eu fôsse govêrno isto não existia. Um govêrno deve iniciar o seu trabalho reajustando êste povo. Êles são as enfermidades crônicas do país. Construiria um colégio especial para educar os filhos dos pobres. Eles crescem desnutridos e desumanos. E um homem desumano é um monstro que terá as suas taras insaciáveis. Deve ser horrível para uma pessoa culta viver neste núcleo. Um país deve ser governado por um homem culto e superior que reajusta e estimula os inferiores. Um govêrno deve construir escolas, casas, colégios e dar trabalho ao povo. Destinar terras para lavoura. A grandeza de um país depende de homens bem nutridos e bem instruídos (Jesus, 1963, p. 209).

Na contemporaneidade, os leitores de Carolina Maria de Jesus fazem uma leitura de sua obra de forma diferenciada da realizada em 1960. Naquela época, seus

⁵Rui Barbosa – uma das personalidades mais importantes do Brasil. Foi advogado, político, escritor e diplomata brasileiro, além de defensor da abolição do trabalho escravo.

textos eram reduzidos unicamente aos relatos sobre a fome e a pobreza nas favelas. Por outro lado, hoje, os textos da escritora representam um terreno fértil para estudos e pesquisas, servindo como parâmetro para novos escritores e tendências literárias. Por mais que a escritora tenha lançado novos trabalhos – como contos, crônicas, poesias, letras de músicas e peças teatrais –, o interesse do público estava voltado, majoritariamente, para seu principal livro: *Quarto de despejo*.

Após o lançamento do diário, que a tornou conhecida, Carolina publicou os livros *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços da Fome* (1963) e *Provérbios* (1963), sem êxito no mercado literário. Após sua morte, outras produções foram publicadas, a saber: *Antologia Pessoal* (1996), que reúne suas poesias; *Diário de Bitita* (1982), que traz suas memórias; *Meu estranho Diário* (1996); *Onde estaes Felicidade?* (2014); *O Escravo* (2023); e o romance *Dr. Silvio*, publicado na tese de doutorado “Carolina Maria de Jesus: Projeto Literário e Edição Crítica de um Romance Inédito”, de autoria da pesquisadora Aline Alves Arruda, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2015.

A escrita de Carolina Maria de Jesus conquistou leitores de diversas nacionalidades. O impacto de suas palavras se enfatiza em decorrência de sua própria experiência, tornando-a uma referência de grande importância na literatura brasileira contemporânea, motivando novas gerações de escritores. Sua memória continua viva por meio de seus livros, dos escritores que nela se inspiraram e do encantamento que causou em leitores e pesquisadores da atualidade.

Sua ousadia, ao eternizar, a partir das palavras, o cotidiano de uma favela e a história negra e faminta da população pobre brasileira, inspirou a escritora e ativista social francesa Francoise Ega. Impactada com a escrita de Carolina Maria de Jesus, Ega (2021) passou a escrever cartas endereçadas à escritora brasileira. Esse conjunto de cartas se tornou, postumamente, o livro *Lettres à une noire*⁶ (1968), no qual a francesa narra seu cotidiano em Marselha, tornando-se “um dos documentos literários mais significativos e tocantes sobre a exploração feminina e o racismo no século XX” (Ega, 2021, s/p.).

Evidenciou-se, ainda, uma conexão entre Jesus e a também escritora mineira Conceição Evaristo, visto que ambas possuem origem pobre, viveram em favelas e exploram temas relacionados à pobreza e à resistência. Em *Becos da Memória*

⁶*Lettres à une noire* foi traduzido para o português, em 2021, pela Editora Todavia, com o título *Cartas a uma negra: narrativa antilhana*, com tradução de Vinicius Carneiro e Mathilde Moaty.

(2006), Conceição Evaristo retrata a história de uma comunidade que vive um processo de desfavelamento. O livro registra, por meio da personagem Maria-Nova, a história dos moradores da favela, a fim de preservar a memória da comunidade.

Ademais, notaram-se também características da escrita caroliniana nos textos da escritora Geni Guimarães, a qual também escreveu sua autobiografia e aborda questões sociais. Assim como Carolina, Geni Guimarães e Conceição Evaristo abordam, em seus textos, aspectos históricos, sociais e culturais brasileiros, mais especificamente de natureza afro-brasileira ou afro-feminina. É possível afirmar que essas escritoras encontraram na palavra meio de sobreviver e de resistir ao narrarem suas vivências.

Em suma, a própria vida de Carolina é um retrato da sociedade brasileira, com suas lutas de classe, gênero e etnia. Tais aspectos parecem ter contribuído para o silenciamento da obra de Jesus. Nessa discussão, Constância Lima Duarte (2022) afirma que o memoricídio⁷ de escritoras ocorre como forma de opressão, cujo objetivo não é apenas silenciá-las, mas também inviabilizar as produções literárias. Durante décadas, os textos de Carolina Maria de Jesus enfrentaram diversos obstáculos para atingir reconhecimento e prestígio literário, seja por apresentarem uma escrita simples – rompendo com as imposições da gramática tradicional (português padrão) –, seja por seu conteúdo incômodo e denunciativo.

Segundo Conceição Evaristo (2009), mulheres, em condições semelhantes às de Carolina Maria de Jesus, terem a ousadia de serem reconhecidas como escritoras é um ato de rebeldia contra o sistema literário. Ainda para Evaristo (2009), o meio literário é predominantemente branco – o que se justifica a partir de aspectos de ordem histórica e construções sociais. Portanto, quando uma mulher negra “favelada, que não maneja a língua portuguesa [...], assume uma atitude que já é um atrevimento contra a instituição literária” (Evaristo, 2009, p. 28), ela rompe com um lugar socialmente predefinido para si.

Por conseguinte, os desafios encontrados pela romancista em face do seu processo de formação – sobretudo no que se refere ao reconhecimento como escritora – podem ser traduzidos pelos versos da epígrafe. O sonho que ela perseguiu durante toda a sua existência foi se estabelecer como poetisa, como ela mesma se apresentava. Tais versos demonstram que a escritora acreditava que a felicidade é,

⁷ Termo citado em seu livro *Memorial do Memoricídio* (2023).

sim, desejável, porém carregada de dificuldades para ser alcançada. Não obstante, os desapontamentos e as injustiças não foram mais fortes que seu sonho.

Assim, enquanto a crítica literária analisava sua obra pelo viés da fome de comida, Carolina, por sua vez, ansiava por objetivos mais profundos, como a fome de poder e de existir, como lembra a canção dos Titãs: “A gente não quer só comida / A gente quer comida, diversão e arte / A gente quer saída para qualquer parte” (Titãs, 2008, s/p.). No cenário literário mundial, o nome de Carolina Maria de Jesus tornou-se um dos mais conhecidos e, embora haja muito material a ser estudado, a fome de prestígio e reconhecimento que Jesus tanto desejava está sendo saciada.

1.1 Pedacos da Fome: recepção crítica

Ao acompanhar o percurso literário de Carolina Maria de Jesus, constatou-se que a questão social é um tema recorrente na obra da autora, não sendo – na perspectiva desta pesquisa – necessariamente uma particularidade da escrita diarística. Em contrapartida, se, em suas primeiras produções, ela investia no relato de suas vivências na favela, a fim de atender aos anseios do mercado literário, *Pedaços da Fome* (1963), seu primeiro romance publicado, parece ter o objetivo de “educar” a elite branca e machista.

Além do relacionamento amoroso, há, nesse romance, a explicitação dos antagonismos entre as classes sociais, considerando o viés de gênero. Isso acrescenta um novo elemento à obra, o que garante a objetivação das lutas feministas, trazendo novas vozes que precisam ser ouvidas. *Pedaços da Fome* (1963) apresenta a voz de uma mulher que, mesmo sendo branca, é explorada, maltratada e privada de oportunidades – cenário, até então, comum a personagens negras descritas por escritores brancos.

Pedaços da Fome (1963) não atingiu grande sucesso de público e ainda é desconhecido por uma parcela significativa de leitores. A narrativa ficou silenciada por quase meio século, até que, a partir de 2013, passou a ser objeto de pesquisas em cursos de pós-graduação em diversas faculdades brasileiras. Cumpre enfatizar que, na publicação de 1963, *Pedaços da Fome* possui notas de críticos nacionais e internacional, a saber: Jorge Amado, Leonel Brizola e Alberto Moravia, Beatriz Sahovaler, Eva Vastari dentre outros.

Tais críticas se debruçam sobre a visão realista da vida nas favelas e sobre a pobreza brasileira como produto do capitalismo. Pouco se comenta sobre a estética e a contribuição literária da narrativa; contudo, o crítico Johannes Gerold (1963) teceu considerações sobre a linguagem do romance na edição alemã da produção. Para ele, apesar da pouca habilidade da escritora com a norma padrão, é possível perceber, ainda que sutilmente, elementos de uma relação estética com o idioma.

É a linguagem simples de uma mulher que apenas aprendeu a ler e a escrever. Transparece, aqui e acolá, uma relação mais estética para com o idioma, mas a linguagem cotidiana predomina... Carolina alegra o leitor com uma série de citações linguísticas felizes e, principalmente, com uma quantidade de comparações exatas e por vezes hilariantes (Gerold, 1963, p. 9).

Os primeiros estudos sobre *Pedaços da Fome* (1963) surgiram em 2013 na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e na Universidade de São Paulo (USP). Na dissertação de mestrado “Do diário ao romance: representação literária em *Quarto de Despejo* (1960) e *Pedaços da Fome* (1963), de Carolina Maria de Jesus⁸, a pesquisadora apresenta uma comparação entre o primeiro romance de Carolina e a escrita diarística, a partir da qual é possível extrair ideias relativas à escrita ficcional. Esse estudo realizou um comparativo entre a narrativa *Pedaços da Fome* (1963) e outras produções brasileiras que abordam questões sociais, sugerindo que a poetisa negra⁹ estava alinhada aos percursos da literatura brasileira. Inclusive, tratou de temáticas consagradas por grandes romancistas, como a migração, fortemente representada em nossa literatura.

O contexto é o da migração da primeira metade do século XX, no Brasil. A literatura brasileira fala amplamente da questão: são migrantes de todas as classes sociais, que procuram a cidade, seja a metrópole, seja a cidade média, como recurso. E são muitas mulheres (Costa, 2013, p. 83).

Esse estudo, cumpre salientar, introduz uma reflexão acerca do contexto social da escritora favelada. Após mudar-se da favela, Carolina passou a conviver, ainda

⁸ Dissertação apresentada por Ana Karoliny Teixeira da Costa ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

⁹ Poetisa negra – epíteto atribuído à Carolina Maria de Jesus, antes da publicação de *Quarto de Despejo* (1963), com o objetivo de alcançar maiores repercussões na mídia.

que na condição de visita, na alta sociedade. Nesse sentido, é possível destacar que ela viajava para outros países e participava de encontros políticos e sociais, situações que a enriqueceram culturalmente e que também foram fatores motivadores para a escrita ficcional. A escritora recebeu projeção dedicando-se à escrita diarística e à poesia; agora dispõe de experiência e projeção social para se arriscar em um novo gênero literário, consagrado e elitizado: o romance, que, durante séculos, foi exclusividade da burguesia.

Se antes Carolina se dedicou ao diário e à poesia, gêneros socialmente tidos como menos influentes, seja pela extensão seja pelo prestígio social, agora se permite usar um gênero consagrado, reservado durante séculos a leitores e escritores das classes burguesas (Costa, 2013, p. 90).

A poetisa pretendia consagrar-se como escritora. Não obstante, já mundialmente conhecida pelo seu diário sobre a favela, ela suspeitava que a narrativa pessoal pudesse tornar-se indiferente para o leitor; afinal, trata-se da história comum de uma mulher comum: pobre, negra, assim como tantas outras mulheres nessa mesma conjuntura. *Pedaços da Fome* (1963) foi um projeto de Carolina para sua emancipação literária. Ao apresentar a história de uma mulher branca e rica, desconstruída e reinventada em um contexto de fome, miséria e abandono, a produção tem mais condições de sensibilizar os leitores; dessa forma, não seria uma história efêmera, fadada ao ostracismo. Contudo, por hora de sua publicação, o texto foi modificado pelos editores, atitude desaprovada por Carolina, que não se conformou com os cortes no conteúdo e forma de seu romance¹⁰.

A escritora faz um esforço em seus trabalhos (diário e romance), para dar mostras do quanto tem capacidade para pertencer àquele meio literário; contudo, como nos referimos no capítulo 3, Carolina entra em um 'jogo de cartas marcadas', que, de antemão, lhe impõe condição de enunciativa subalterna (Costa, 2013, p. 115-116).

¹⁰ O moço que ia publicar mudou o livro todo, tirou as expressões bonitas, não gostei. Os americanos querem publicar mas não conseguem encontrar tradutor. Os tradutores brasileiros lá ficam cheios de importância e não querem traduzir meu livro./ Felizarda é uma moça muito rica e por isso ninguém queria casar com ela. Depois de ela se casar com um moço pobre, viver na favela, mendigar e ser presa, e pai, um coronelão, a encontra e a leva para casa. Ela senta no piano e lembra dos tempos de moça rica, toca valsas vienenses. O filho dela, agarrado à sua saia pergunta: "Mamãe, quem é você?" (Jornal do Brasil, 1976, in Fernandez 2015).

Cabe ressaltar que a narrativa também se ocupa em ensinar. Percebe-se um caráter pedagógico cujo objetivo se reserva à humanização dos ricos e ao respeito ao próximo. Dessa forma, Carolina traz para o palco temáticas relacionadas à igualdade, às prerrogativas e às necessidades, e acena para os discursos do movimento feminista ao focar a pobreza e a interseccionalidade. A escrevivência de Jesus é um esforço desmedido para mostrar à sociedade culta e branca que ela possui os requisitos para pertencer ao meio literário – majoritariamente ocupado por pessoas brancas e de elite. No entanto, o que se percebe é que, apesar de todos os estudos, Carolina Maria de Jesus ainda prevalece na subalternidade literária.

Por conseguinte, na tese “Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética”¹¹, a pesquisadora Fernanda Rodrigues de Miranda (2013) estabelece um paralelo entre a cidade e a escassez por meio do espaço social e da qualidade de vida do cidadão, a fim de construir uma correspondência entre a escritora – que viveu sua infância em fazendas no interior de Minas Gerais e em São Paulo – e a protagonista Maria Clara – que viveu no interior, em sua juventude.

Ressalta-se que essa particularidade da vida pessoal de Carolina Maria de Jesus reflete-se em sua escrita, tanto em seus diários quanto no romance *Pedaço da Fome* (1963). A narrativa em análise foi construída em torno de uma jovem do interior, rica e prepotente, que, inesperadamente, depara-se com uma nova realidade: passa a viver em uma condição de extrema pobreza, enfrentando a escassez de alimentos e a perda de prestígio – uma característica de grande importância para uma jovem oriunda da burguesia.

Nesse novo cenário, a protagonista Maria Clara sobrevive miseravelmente, administrando situações ligadas à fome, às dificuldades habitacionais e à falta de privacidade. Em contraste com o estilo de vida na fazenda – cercado de abundância de alimentos, luxo e prepotência –, a dualidade entre o urbano e o rural aparece, na produção, a partir de uma recordação da protagonista sobre seu passado no interior. Ela se lembra de quando os colonos possuíam mais alimentos que ela, reforçando a ideia de que a fome é também uma realidade do meio urbano. Nesse contexto a

¹¹ Dissertação apresentada por Fernanda Rodrigues de Miranda ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

própria Carolina conceitua colono como brasileiro, doente, trabalhador, pobre, escravo, camarada, miserável, espoliado, coitado e indigente em seu poema “O Colono e o Fazendeiro” em *Antologia Pessoal* (Jesus, 1996).

“Recordando sua juventude, aludiu com voz saudosa: que fartura na casa de papai! Lá ninguém passa fome. Os animais lá em casa são mais bem alimentados do que eu” (Jesus, 1963, p. 84). Na literatura brasileira, comumente, a Segunda Geração do modernismo apresenta a fome no meio rural por meio das secas e da pobreza em algumas regiões, e Carolina Maria de Jesus apresenta a versão urbana dessa realidade.

Outro ponto observado por Fernanda Rodrigues de Miranda (2019), em sua tese, está associado ao caráter didático do romance, o qual ensina à jovem Maria Clara a tornar-se mais humana. Tal aspecto se desdobra, ainda, em orientar os filhos a praticarem a obediência aos pais. Toda a decadência da protagonista se concretizou em razão de ela ter desobedecido aos ensinamentos paternos. O narrador de *Pedaços da Fome* (1963) vai além do caráter pedagógico, dedica-se, também, a estabelecer uma crítica social, demonstrando que os agravamentos das condições de vida dos cidadãos das classes sociais brasileiras são decorrentes da má distribuição de renda e do egoísmo dos ricos.

O romance, nesse sentido, adquire uma espécie de tom didático: trata-se de ensinar uma jovem rica e prepotente a tornar-se mais humana – dádiva conquistada apenas através da experiência limite da pobreza e da falta. A decadência da heroína é fruto da desobediência a seus pais, que desaprovam a união com Paulo; e também é resultado do descontrole emocional da jovem, que foge com ele um dia depois de tê-lo conhecido (Miranda, 2013, p. 113).

Em outra pesquisa desenvolvida pela pesquisadora Fernanda Rodrigues de Miranda, intitulada “Corpo de Romances de Autoras Negras Brasileira”¹², a autora apresenta uma conexão entre a branquitude e a colonialidade nacional na ficção *Pedaços da Fome* (1963), destacando que, na relação entre negros e brancos, predomina um sentimento de superioridade da raça branca, na medida em que Carolina Maria de Jesus

¹² Tese apresentada por Fernanda Rodrigues de Miranda à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para obtenção do título de Doutora em Letras.

opera uma visada sagaz da intersecção, pois, contrapondo a ideia de que por ser uma escritora negra e pobre ela só poderia falar do negro e do pobre [isto é, tendo o universo ficcional submetido à correspondência do universo biográfico do sujeito que escreve] a romancista vai tratar do universo dos brancos da classe senhorial, incorporando, na ficção, o próprio *modus operandi* que a elite nacional usou para narrar a si e ao mundo: tomando o branco na posição de sujeito racialmente elíptico – aquele que, sendo a norma não nomeada, desempenha o poder de nomear o outro, racializando-o (Miranda, 2019, p. 129, itálicos da autora).

Cumprir observar que Jesus (1963) desenvolve essa narrativa equilibrando as dualidades entre senhor e escravo. *Pedaços da Fome* é uma intersecção entre raça, gênero e classe. No entanto, as questões raciais estão tratadas a partir do silenciamento, demonstrando, assim, o lugar de poder que a branquitude representa. O romance não apresenta uma voz negra, nem destaca suas experiências. A escritora não evidencia uma relação entre o negro e o ambiente de pobreza, violência e desorganização familiar; em contrapartida, apresenta o sentimento da personagem Maria Clara: o de não pertencer ao ambiente da favela. Dessa forma, insinua a elitização dos brancos.

Para a pesquisadora Danielle Stefhanie de Oliveira, em “Favelada e Escritora: Carolina Maria de Jesus, a instituição e o gênero romanesco” (2019)¹³, a escrita de romances dessa autora é constituída por características próprias – peculiaridade essa que foi analisada sob a ótica bakhtiniana¹⁴. Uma dessas características inerentes ao estilo de Carolina é o seu pouco domínio dos códigos literários, o que sempre foi seu obstáculo junto à instituição literária, dificuldade presente em toda a sua escrita. Carolina foi chamada de escritora vira-lata em razão de sua origem humilde e por expor em sua obra a vida na periferia de forma realista. Para os parâmetros literários e para a cultura da época, tal peculiaridade estagnou sua produção literária, tornando-a sem expressividade para a crítica literária. Dessa forma, torna-se evidente que Carolina Maria de Jesus não escreve fora da norma gramatical padrão vigente, ou não possui formação literária, ela escreve suas vivências conforme a identidade linguística e cultural do povo negro e pobre da sociedade brasileira.

¹³ Dissertação apresentada por Danielle Sthefanie de Oliveira ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

¹⁴ Mikhail Bakhtin foi um filósofo da linguagem, historiador e teórico da literatura. Autor de diversas obras sobre aspectos mais gerais da teoria literária, como o estilo e os gêneros do discurso.

Como não dominava plenamente os códigos literários, Carolina realiza uma forma bastante peculiar de diálogo e interação com esses códigos. Ao colocar em diálogo suas referências de leitura e suas demais experiências socioculturais, ela produz romances que buscavam se adequar aos modelos anacrônicos do que ela compreendeu se tratar de um método de escrita. Dessa forma, o produto final surge como algo kitsch, numa perspectiva estética. Todavia, ao ser realizada uma investigação sobre os aspectos de sua linguagem, esses romances apresentam elementos riquíssimos, que ganham uma nova luz ao serem analisados da perspectiva de Bakhtin (Oliveira, 2019, p. 74).

É pertinente mencionar que tal estudo aponta para uma nova análise da escrita romanesca à sombra da teoria de Bakhtin (1993). Nessa concepção, a linguagem de *Pedaços da Fome* (1963) apresenta um elemento rico a ser observado: o comprometimento estético da autora, uma vez que, por meio dessa produção, tencionava aproximar sua escrita do nível dos renomados escritores em que se baseou.

Há, portanto, uma curiosa inversão entre as perspectivas da autora e do narrador, na qual a riqueza, pouco familiar para a primeira, torna-se íntima do segundo; enquanto a pobreza, íntima da autora, é estranha para o narrador (Oliveira, 2019, p. 81).

Segundo Oliveira (2019), *Pedaços da Fome* (1963) apresenta um descompasso, pois o romance foi escrito para um público intelectual, o que pode ser percebido no contexto da narrativa. Jesus (1963) descreve uma realidade de riqueza com bastante domínio e conhecimento de causa; contudo, trata-se de uma realidade que ela não vivenciou. O narrador, por outro lado, conta a realidade de pobreza de Maria Clara que ela desconhecia. Em outras palavras, o descompasso constitui-se através de Carolina, mulher pobre, criar uma história em torno de uma protagonista milionária, embora ela própria nunca tenha vivido a opulência.

Oliveira (2019) reflete que a narrativa de *Pedaços da Fome* (1963) é bem costurada, com a utilização de vocábulos rebuscados, apresentando, ainda, uma lógica na narração dos fatos, com início, meio e fim – traço bastante característico dos romances do século XIX. Outro aspecto apontado por Oliveira (2019) é em relação à estilística de *Pedaços da Fome* (1963), dado que há o uso exacerbado de pronomes oblíquos.

Voltando ao aspecto estilístico, observa-se que *Pedaços da fome* é marcado por um uso excessivo de pronomes oblíquos átonos que, na linguagem culta, são utilizados após o verbo (ênclise). Mas, por vezes, a autora utiliza a próclise, geralmente empregada na oralidade brasileira. Na fala dos personagens ocorre também a alternância dos pronomes de tratamento “tu” e “você”, também típica da oralidade brasileira. Verifica-se ainda que há no romance um vocabulário rebuscado, a exemplo do uso de expressões como “*Fitou a criança [...]*” (p. 137), além de construções arcaicas, tais como “*hei de*”(Oliveira, 2019, p. 84, *itálicos da autora*).

Desse modo, os estudos de Oliveira (2019) apontaram que o romance *Pedaços da Fome* (1963) não elevou Carolina Maria de Jesus à condição de renomada escritora literária. No entanto, esse livro apresentou ao mundo literário o grande potencial que Carolina possuía para escrever, principalmente, a respeito de temas delicados e incomuns para a sociedade da época.

Já o pesquisador André Natã Mello Botton (2019), na tese “Realismo e Violência em romances da literatura marginal-periférica brasileira: a representação da favela”¹⁵, corrobora os estudos de Fernanda Rodrigues de Miranda, ao apresentar que a crítica, em *Pedaços da Fome* (1963), conserva-se primordialmente na dualidade das experiências de Maria Clara: na fazenda, marcada pela abundância; e na capital de São Paulo, em situação de completa miséria. Apresenta, ainda, que o caráter didático da narrativa, no que tange aos deveres políticos e às possíveis soluções para ofertar dignidade às pessoas oriundas de classes sociais menos favorecidas, acontece por meio do discurso do coronel Pedro Fagundes:

Por outro lado, em *Pedaços da fome*, o ponto de comparação não é a partir da favela, mas da realidade vivida por Maria Clara na casa dos pais. Contudo, é pela voz do Coronel que Carolina apresenta os deveres e as possíveis soluções que o Estado deveria propor para os favelados (Botton, 2019, p. 77, *itálicos do autor*).

Nesse aspecto, faz-se necessário observar que a análise crítica a respeito das questões políticas e sociais não se efetiva a partir da voz feminina predominante na obra, nem por meio de representantes da classe operária ou de moradores da favela. O discurso que aponta as sugestões para a instância governamental brasileira ecoa por meio da figura de um coronel – homem branco, rico, com prestígio social e

¹⁵ Dissertação apresentada por André Natã Mello Botton ao programa de Pós-graduação em Letras – Teoria da Literatura da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

formação militar – modelo político da então sociedade brasileira. Desse modo conforme Cida Bento (2022) a branquitude se manifesta e perpetua através da garantia continua de privilégios dos brancos, os quais ocupa os espaços de destaque da sociedade, a exemplo da política.

Ademais, Botton (2019) reflete sobre a estética de *Pedaços da Fome* (1963), associando-a a um novo realismo, em decorrência da linguagem e espaço. Destaca, também, as imagens em preto e branco que compõem a primeira edição, com partes de rostos espalhados pela narrativa, as quais estão separadas pela fome. Nesse sentido, é possível inferir que a fome degenera e desfigura as pessoas, tirando delas a qualidade de seres humanos.

O cotidiano apresentado em *Pedaços da fome* é característico do novo realismo, pois associa em si os aspectos sociais periféricos por onde as personagens circulam, bem como a estética que se torna representativa no modo como a linguagem se aproxima da forma oral. Corroborar, assim, para que o estilo literário da autora se evidencie na utilização de palavras mais refinadas ou com os comentários que faz ao longo do romance. [...] Cabe ressaltar, por fim, que a primeira edição é ilustrada por algumas imagens – ao estilo de xilogravuras – que estão dispostas em meio ao texto. Não há uma ordem ou uma definição precisa sobre elas, mas várias delas representam em preto e branco pedaços de corpos, ora duas mãos, ora uma boca, olhos, e assim por diante. Elas contribuem para o desenvolvimento da história, pois são esses pedaços de corpos espalhados pelo livro que estariam unidos se não fosse a fome (Botton, 2019, p. 78, *itálicos do autor*).

Já a pesquisadora Daynara Lorena Aragão Côrtes (2020), em sua dissertação “Identidades socioespaciais nas escritas carolinianas”¹⁶, discute o silenciamento da voz negra em *Pedaços da Fome* (1963) e do debate étnico-racial. Para ela, é exatamente esse silenciamento que insere essa narrativa no rol de produções afro-brasileiras.

Por sua vez, a escolha pelo silêncio quanto ao debate étnico-racial, em *Pedaços da Fome*, não a tira da seara da produção afro-brasileira. A interpretação segue no sentido de notar quais são os limites críticos/analíticos de uma personagem branca (Maria Clara) ao visualizar a segregação racial. Por esse viés, o silêncio, como produtor de significados, reafirma as fronteiras em trânsito percorridas por uma personagem que não vivenciou a discriminação racial, nesse caso, somente de classe (Côrtes, 2020, p. 44, *itálicos da autora*).

¹⁶ Dissertação apresentada por Daynara Lorena Aragão Côrtes ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe.

Destarte, observa-se que o modelo social patriarcal define um lugar para a mulher na sociedade: o próprio lar. A escrita feminina é uma forma de quebrar o silêncio, romper com as barreiras de seu ambiente particular e projetar-se diante da sociedade. Tais barreiras tornam-se mais duras à medida que a voz a ser projetada é uma voz negra. Em *Pedaços da Fome* (1963), Carolina optou por não fazer uso de discursos negros. Assim, ainda que a narrativa se desenrole em torno de personagens brancos, sem vínculos com os discursos étnico-raciais, nota-se um silêncio repleto de significado em relação à vivência afro-brasileira.

A poetisa elege tal silenciamento como recurso estético, afastando-se das características estilísticas de suas produções anteriores e se projetando como uma nova escritora, possuidora de diversas habilidades que perpassam vários gêneros literários. Sob essa ótica, Carolina resgata o discurso quilombola¹⁷, de forma sutil e indireta. A escrita é para Carolina um lugar de fala, de resistência contra as opressões e de liberdade. Em *Pedaços da Fome* (1963) ela não traça uma história com personagens diretamente negros, contudo ela denuncia as opressões femininas e étnicas, exercendo sua liberdade enquanto escritora multigêneros. Através de sua poesia, ficção e escrita diarista ela foi a voz dos preteridos. Na narrativa em questão, é possível encontrar as experiências pessoais da escritora por meio da personagem branca Maria Clara, a qual se defronta com os mesmos conflitos experimentados por Carolina Maria de Jesus, como a luta pela criação dos filhos, os desentendimentos e a visão negativa da favela/cortiço e o cuidado materno. Por conseguinte, *Pedaços da Fome* (1963) não se exclui da coletânea de obras afro-brasileiras.

Nesse sentido, *Pedaços da fome* é mais uma das obras que ficou praticamente esquecida, visto que ela não traz o exotismo negro tão propagado pelas análises do primeiro diário, tampouco o desencaixe de uma mulher negra em ascensão nos espaços galgados pela elite branca brasileira, conforme visto em *Casa de alvenaria*. Ao ultrapassar as barreiras físicas e simbólicas, a construção da protagonista Maria Clara traz consigo a ingenuidade dos primeiros anos da escritora na chegada a São Paulo. O desmoronamento da crença em um lugar oportuno para fazer carreira, uma artística e a outra matrimonial de sucesso, fazem enrijecer a personalidade. A mutação, no entanto, só é perceptível em uma só obra, excepcionalmente, no romance (Côrtes, 2020, p. 143, itálicos da autora).

¹⁷Quilombola – termo que se refere aos descendentes de povos escravizados que vivem em comunidades rurais, suburbanas e urbanas, caracterizadas pela agricultura de subsistência e por manifestações culturais ligadas ao passado africano.

Conforme se observa nesse excerto, a opção de Carolina Maria de Jesus em não mencionar, diretamente, a excentricidade das experiências de vida do negro-brasileiro, em *Pedaços da Fome* (1963), configura-se, possivelmente, como fator responsável pelo insucesso da produção, a qual não obteve muita repercussão, tanto na crítica quanto na mídia. Carolina não foi, em vida, reconhecida como escritora, o que lhe impediu de se projetar nessa função. Nesse romance, a escritora tencionou mostrar ao público leitor todo seu potencial criativo, visto que não desejava silenciar-se e aceitar ser reconhecida unicamente pela escrita de um único gênero literário – a escrita diarística. Nesse aspecto, ela apresenta um livro que alterna entre características primordialmente da estética romântica e moderna.

É pertinente mencionar que o romance *Pedaços da Fome* (1963) sofre uma influência das narrativas do Romantismo, estilo pelo qual Carolina tinha admiração, o romance expressa emoções e sentimentos exagerados. Sob esse ponto, é possível recordar a primeira experiência leitora de Carolina: a narrativa romântica de Bernardo Guimarães, *A escrava Isaura* (1875). Tanto a produção romântica quanto a ficção de Carolina apresentam dramas que envolvem o embate entre protagonistas: jovens inocentes e belas e um vilão dominador. Além disso, a escritora mineira acrescenta, na narrativa, aspectos da escrita moderna, como a ironia presente no título do romance escolhido por ela.

Inicialmente, a ficcionista nomeou a narrativa de *A felizarda* (Figura1), mas os editores não aprovaram o título. Nesse sentido, o título original, sincronicamente com o conteúdo da narrativa, comportar-se-ia como um deboche à classe rica e branca, visto que a vida promissora e feliz da protagonista, Maria Clara, foi desconstruída no decorrer do livro. Dessa forma, essa característica moderna reforça o caráter crítico e social da ficção caroliniana.

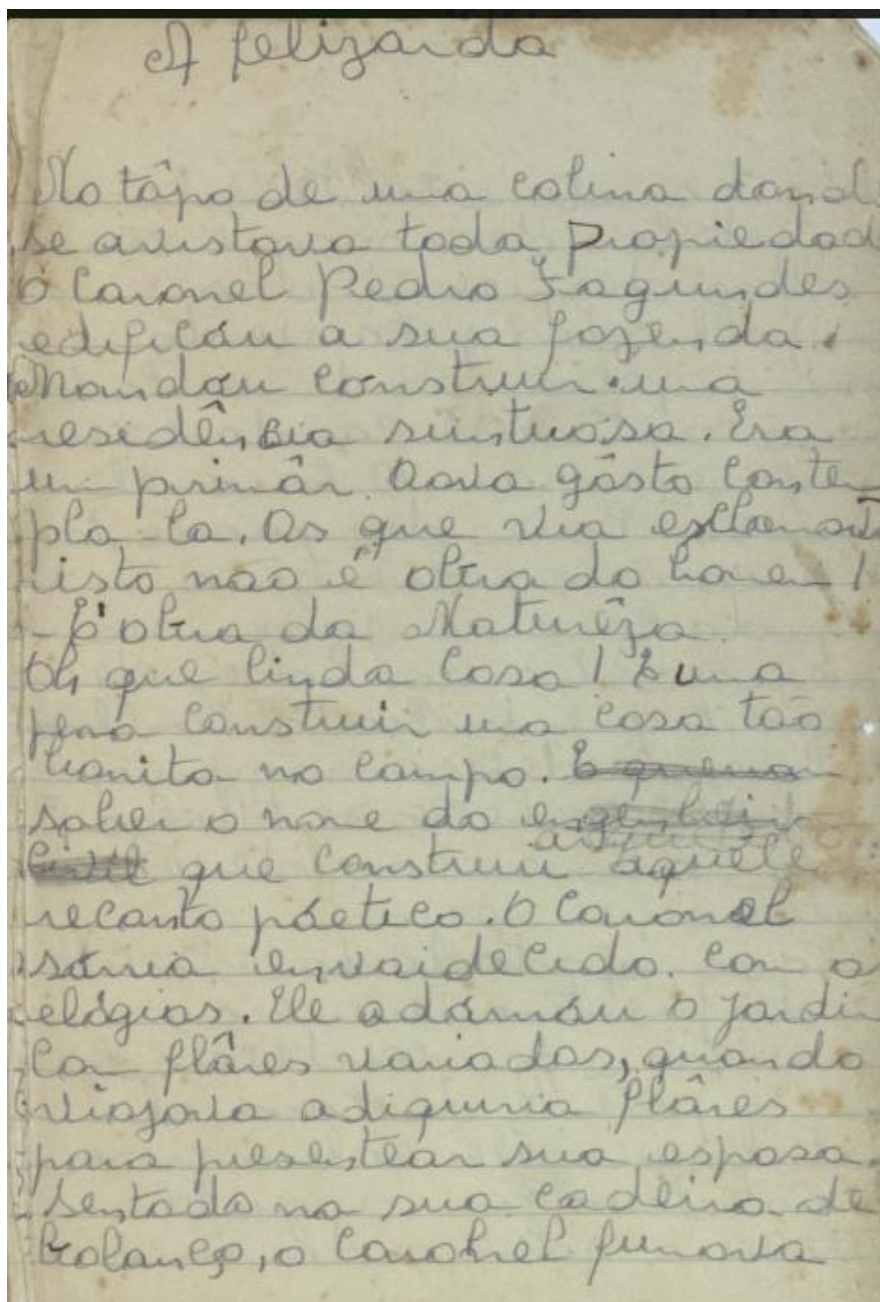


Figura 1- Primeira página do manuscrito do romance "A felizarda", publicado com o título Pedacos da Fome.

Outra evidência da estética romântica se apresenta com o desfecho da produção, em que se apresenta uma conclusão emocionalmente intensa e inesperada. Nela, o antagonista Paulo Lemes morre de infarto ao ver a entrada do temido sogro em seu barracão, na favela, logo após a jovem Maria Clara ser reintegrada à vida de privilégios de outrora.

A escrita ficcional caroliniana surpreende o público leitor (uma descentrada e nova episteme narrativa) quando exhibe representações femininas que reverberam desejos, anseios, medos, angústias e

frustrações, ou seja, narrativas romanescas insubmissas. As configurações femininas que advém da “pena” de Carolina são sujeitos com as próprias subjetividades (Fronza, 2022, p. 56).

A voz narrativa de *Pedaços da Fome* (1963) reflete experiências que estão à margem da norma dominante, é a voz dos oprimidos e excluídos que não pertencem ao centro do poder. O narrador conta a história de mulheres pobres e de sua comunidade, a periferia. Uma narrativa que elenca os desafios da pobreza urbana e as consequências da falta de estrutura como saneamento, emprego, educação e saúde pública para todos. Reflete ainda a singularidade de ser mulher numa sociedade patriarcal. Desse modo a ficção de Carolina em estudo espelha as opressões, a pobreza feminina e a reprodução do trabalho e cuidado.

Para a pesquisadora Cristiane Viana da Silva Fronza (2022), na tese de doutorado “A condição feminina nas obras *Pedaços da Fome* (1963) e *Dr. Silvio* de Carolina Maria de Jesus¹⁸, os romances carolinianos são classificados como insubmissos. Nesse sentido, a escrita ficcional de Carolina desafia as convenções tradicionais do romance e das estruturas sociais e políticas da segunda metade do século XX. A família patriarcal, representada pelo coronel Pedro Fagundes, foi desconstruída, trazendo à margem a condição feminina no núcleo das camadas sociais e o surgimento de um novo modelo familiar chefiado pela mulher. Além disso, a insubmissão da escrita de Jesus também se evidencia pela exploração de temas marginais, bem como por uma escrita que se distancia das normas gramaticais do português padrão e da estética literária. Isso faz com que o leitor repense a condição humana da mulher na sociedade moderna.

É relevante pontuar que, para Fronza (2022), *Pedaços da Fome* (1963) se alinha ao conceito de “insurreição dos saberes”, desenvolvido pelo filósofo francês Michael Foucault (2010) visto que, no romance, a escritora alerta sobre o modo como as relações de poder são prejudiciais às minorias, tecendo conselhos sobre como desafiar e transformar as estruturas de poder, por meio da educação pública gratuita a todos e de condições de trabalho dignas à população carente. Em *Pedaços da Fome* (1963), o narrador assume um ponto de vista materno/paterno. Assim, a fim de atenuar a má distribuição de renda e o poder no território brasileiro, aconselha a sociedade e as autoridades sobre como agir. A fome narrada e questionada pela escritora

¹⁸ Tese apresentada por Cristiane Viana da Silva Fronza ao Programa de Pós-graduação em Letras – PPGL da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

transcende os limites da falta de alimentos e nutrientes para o corpo; ela também é uma fome social – representada pela escassez de educação, trabalho, saúde e ordem social para a população.

Assim, a obra caroliniana se insere no que Foucault (2010, p.10) denominou de “insurreição dos saberes”, pois ela não está sendo contrária ao conhecimento científico, métodos e estratégias reconhecidos teórico e comercialmente, porém, *Pedaços da Fome* resiste em combate com relação “os efeitos centralizadores de poder” que ditam o modus operandi da sociedade (Fronza, 2022, p. 91).

Cumprir observar que, nesse segmento, a figura da mulher, branca e rica, desconstrói-se ao ser inserida, por via do matrimônio, em um ambiente hostil. Nesse cenário, desenvolvem-se questionamentos filosóficos acerca das relações de poder da sociedade patriarcal, cujo domínio masculino ocupa as posições de poder e liderança, sendo considerado superior às mulheres. Na narrativa, ainda é possível notar a caracterização da violência de gênero por intermédio do abuso emocional do esposo para com a protagonista Maria Clara. Dessa forma, a ficção discute os efeitos patriarcais a partir da desigualdade de gênero, da discriminação, da violência contra a mulher e da dificuldade de acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Diante desses efeitos, é possível sinalizar a complexidade de um cidadão negro ou uma cidadã negra conseguir se destacar e ingressar no seleto grupo de literatos. Ao se levar em consideração que o sistema literário brasileiro é majoritariamente masculino e branco, as vozes de escritores e escritoras com as características de Carolina perpassam as barreiras da subalternidade.

Na perspectiva de Pantoja (2023), na dissertação “*Pedaços da Fome: Faces da opressão na escrita feminina negra de Carolina Maria de Jesus*”¹⁹, o romance em análise faz parte de um projeto literário da escritora, pois apresenta estilo próprio e diferenciado, priorizando a realidade, ainda que de forma fictícia. O leitor, à medida que conhece a história da personagem Maria Clara, dialoga com questões de opressão de classe, gênero e raça.

Carolina apresenta um estilo próprio, incomum, diferenciado, envolvente, surpreendente, encantador, uma escrita que se autoafirma, instiga o leitor, fazendo-nos perceber a denúncia no

¹⁹ Dissertação apresentada por Tereza Cristina Veloso Pantoja ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará.

contexto de fome, miséria e opressão, a partir de um olhar de alguém de dentro dessa realidade é muito impactante, quem sabe por isso, podemos dizer que a autora tem uma escrita potencialmente considerada filosofia de vida (Pantoja, 2023, p. 66).

Por conseguinte, os temas interpelados por Carolina Maria de Jesus são incomuns para o contexto social da época, visto que o Brasil estava sob o regime da Ditadura Militar. Desse maneira, essas temáticas confirmam o pioneirismo e a ousadia da escritora mineira, uma vez que a narrativa de *Pedaços da Fome* (1963) se estrutura por meio de antíteses relacionadas às condutas humanas. Estas conduzem o leitor a realizar uma reflexão sobre os temas em debate.

Com 217 páginas, tem uma escrita simples, descritiva, que de certa forma se assemelha aos romances do século XIX, com uma narrativa marcada pelo sentimentalismo e acontecimentos dramáticos, mas que também expõe com veemência os problemas sociais como a miséria e a fome, bem como nos apresenta faces da conduta humana e a transfiguração de caráter, temos várias oposições que podem ser observadas no decorrer do texto: a relação homem e mulher, humildade e soberba, a condição das pessoas brancas e as pessoas negras, o comportamento dos ricos e os pobres, a fartura, miséria e fome. A narrativa parece mesclar a representação do imaginário com a realidade de uma experiência vivenciada, observada, conhecida, daquela que escreve e de quem também narra (Pantoja, 2023, p. 68).

Carolina Maria de Jesus compartilha em seu processo de criação escrita compartilha as suas experiências, pensamentos e sentimentos, contaminando sua obra de vivências enquanto mulher, negra, semianalfabeta e pobre na sociedade brasileira. Ela escreveu o que vivenciou, ouviu e observou, dando vida a histórias individuais, de uma coletividade e de uma época. A esse conjunto de experiências denomina-se *escrevivência*. A ficção de Carolina não é apenas uma tradução do que ela viveu, é também um escrita da realidade que ela conheceu, nunca viveu como burguesa, mas soube desenhar personagens burgueses.

À luz da pesquisa de Pantoja (2023), observa-se que o silenciamento feminino não se restringe unicamente às personagens femininas. Maria Clara, a mãe e dona Virgínia são as representantes do modelo feminino da época, cuja esposa deveria ser “perfeita, do lar, recatada, divina, dedicada, cuidadosa, passiva” (Pantoja, 2023, p. 70), em razão de ser incompatível com a mulher da sociedade patriarcal: exercer atitudes intelectuais ou afrontar os preceitos da época. Desse modo, fica evidente o silenciamento da voz da mulher como escritora e crítica social, principalmente no que

tange às escritoras negras representantes da massa social. A pesquisa finaliza por questionar onde estão as escritoras com o perfil de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Maria Firmina²⁰.

Em síntese, foram analisadas duas teses de doutorado e seis textos de dissertação de mestrado que discutem o romance *Pedaços da Fome* (1963), de Carolina Maria de Jesus. Essas pesquisas enfatizam o caráter social da narrativa, as características estéticas e, sobretudo, as dificuldades vividas pelas mulheres chefes de família, integrantes das camadas sociais brasileiras. Ademais, tais estudos apresentam o potencial criativo dessa grande escritora, que ainda figura como uma autora de literatura marginal, bem como contribuem para o aprofundamento das pesquisas sobre o feminismo na escrita de Carolina Maria de Jesus e na literatura brasileira. Este estudo contribui para a literatura de autoria feminina ao descrever que a pobreza no Brasil possui gênero e cor. As pessoas que pertencem ao grupo dos negros e pobres são as que mais empobrecem, pelo motivo de que a elas não são destinados as mesmas oportunidades de desenvolvimento oferecidas aos homens e brancos. Ademais reforça que as mulheres sempre foram dotadas de conhecimento, arte e cultura, possuem senso crítico e sabem se posicionar, contudo elas foram por muito tempo silenciadas, não tiveram seu lugar de fala. Quantas mulheres como Carolina, não poetizaram, externaram suas emoções na escrita, que jamais se tornaram conhecidas e se tornaram literatura de gaveta? Outras, como Maria Clara, estudaram, aprenderam a tocar piano, uma arte que geralmente se apresenta aos familiares, mas que jamais mostram ao mundo sua arte, mulheres que distante do conforto e proteção da sociedade patriarcal, não encontraram meios dignos de crescimento, tornando-se sem voz. Por fim, compreende-se que as mulheres, independentemente da cor ou da classe social, passam por algum grau de silenciamento, no entanto as negras e pobres são vítimas em potencial desse sistema opressor.

2 INTERSECCIONALIDADE: DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E CLASSE SOCIAL EM *PEDAÇOS DA FOME*

²⁰ Maria Firmina dos Reis foi uma escritora brasileira, considerada a primeira romancista negra no Brasil. Ela publicou, em 1859, o livro *Ursula*, lido como o primeiro romance abolicionista brasileiro.

*“Depois de conhecer a humanidade
suas perversidades
suas ambições
Eu fui envelhecendo
E perdendo
as ilusões...”
Carolina Maria de Jesus*

Os versos de Carolina Maria de Jesus que compõem a epígrafe deste capítulo representam as diversas e repetidas perversidades às quais as mulheres sofrem na sociedade. São experiências negativas que levaram a autora a perder a fé na bondade e na integridade do tecido social. As mulheres brasileiras ganham, em média, menos que os homens, ainda que ocupem funções semelhantes às por eles exercidas. Além disso, entendem-se que alguns dos graves problemas do Brasil – a violência doméstica e sexual, a alarmante desigualdade econômica, a falta de acesso a serviços básicos, como educação, saúde e habitação – são fatores que tornam as mulheres mais vulneráveis à discriminação e à exclusão. Neste capítulo, dialoga-se sobre as diversas opressões sofridas pelo público feminino.

A mulher contemporânea é reconhecida como uma força vital para a sociedade, desempenhando, com maestria, os papéis de dona de casa, mãe, esposa, profissional e funções de liderança. Todavia, durante muitos séculos, o espaço social das mulheres era muito limitado, sendo reduzido ao desempenho das funções domésticas de mãe e esposa. A concretização de conquistas começou a despontar com as lutas feministas iniciadas no final do século XIX e início do século XX, especialmente com a reivindicação do direito ao voto, defendido pelo Partido Republicano Feminino, a partir de 1910. Continuamente, a mulher vem se reafirmando em diversas áreas, autoafirmando-se como protagonista de sua história, muito embora ainda existam obstáculos na busca diária por igualdade de direitos e oportunidades.

No decurso da história, constata-se que as mulheres sempre foram vítimas de discriminação, comumente por serem mulheres. Porém, nesse macrogrupo “mulher”, existe subgrupos expostos a outras formas de opressão, seja por serem negras, pobres ou lésbicas. Em síntese, a desvantagem do ser feminino se apresenta em várias facetas. E, quando essa diversidade de opressões se entrelaça, está-se diante de uma intersecção, de um agravamento da discriminação e da vulnerabilidade de um determinado grupo.

A interseccionalidade é um termo amplamente discutido pela intelectual norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw²¹ (1989) para se referir às diferentes formas de discriminação – raça, gênero ou classe social – com o objetivo de compreender as relações de poder existentes em uma sociedade e época. Ela busca unificar as sobreposições que envolvem as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação, cidadania, idade, entre outras.

Segundo Crenshaw (2002), as desigualdades que atingem as mulheres são uma adversidade mundial, apesar de haver avanços em virtude das lutas acirradas das ativistas femininas. Nesse sentido, uma conquista proeminente é a inclusão do tema dos abusos dos direitos relativos às mulheres e ao gênero nos discursos dos direitos humanos. Todavia, ressalta-se que a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, durante um período, conservava uma dicotomia entre homens e mulheres de tal maneira que fazia distinção entre o tratamento ofertado aos homens em às mulheres. Portanto, é possível concluir que o caráter universalista se fundamentava nas experiências dos homens.

Dessa forma, quando as mulheres sofriam algum tipo de violação de garantias, nos mesmos paradigmas das sofridas pelos homens, elas eram percebidas como violação dos direitos humanos. Entretanto, se a violação era estupro, espancamento no âmbito doméstico ou quando alguma tradição lhes negava o acesso à tomada de decisões, então se tratava de diferença de gênero, reduzindo tais abusos a elementos “periféricos”.

Outra questão pontuada por Crenshaw (2002) está relacionada à lógica da incorporação da perspectiva de gênero, que se aplica tanto em relação às diferenças entre as mulheres quanto em relação às distinções entre mulheres e homens. Dessa forma, confirma-se que as mulheres estão expostas à discriminação de gênero não unicamente pelo simples fato de serem mulheres, pois, frequentemente, a opressão feminina se apresenta com contornos distintos, a depender das circunstâncias de classe social, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual. Essas diferenças podem acarretar impasses e vulnerabilidades exclusivas a um subgrupo específico de mulheres ou afetar apenas algumas representantes femininas.

²¹ Professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, é uma importante pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo. É também responsável pelo desenvolvimento teórico do conceito da interseção das desigualdades de raça e de gênero. O trabalho de Kimberlé Crenshaw influenciou fortemente a elaboração da cláusula de igualdade da Constituição da África do Sul.

Nesse viés, Crenshaw (2002) reafirma ser indispensável que todas essas arbitrariedades sejam agregadas à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Tanto a lógica da incorporação do gênero quanto o foco atual no racismo e em formas de intolerância correlatas refletem a necessidade de integrar a raça e outras diferenças ao trabalho com enfoque de gênero das instituições e direitos humanos (Crenshaw, 2002, p. 173).

A norte-americana propõe uma reflexão sobre as experiências específicas vividas por cada grupo, as quais conduzem à subordinação interseccional. Para essa reflexão, a ativista apresenta os termos “superinclusão” e “subinclusão”. O primeiro se utiliza de uma única categoria, como gênero, englobando as vivências e as questões comuns a todas as mulheres. Já o segundo analisa as particularidades de um determinado grupo. Em síntese, “nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível” (Crenshaw, 2002, p.176).

Crenshaw (2002) define a interseccionalidade como

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outros. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Nesse sentido, as opressões vivenciadas pelas mulheres, em sociedades desenvolvidas ou periféricas, não se restringem apenas às questões de gênero, mas são também resultado de uma estrutura social racista, patriarcal e classista, agravada por ações políticas que não fomentam o empoderamento.

Ainda de acordo com Crenshaw (2002), a condição social é um fator balizador em muitos casos de opressão. As mulheres pobres são as principais vítimas de violência sexual, além de serem classificadas como sexualmente indisciplinadas e comumente acusadas de desonestidade. Além disso, a classe social determina quais são as mulheres que executarão os trabalhos físicos e domésticos e quais serão aquelas que pagarão por esse serviço. Nesse sentido, as mulheres pobres acumulam

as funções de cuidar da família de outras pessoas e da sua própria. Em relação aos serviços prestados a outras famílias, cumpre afirmar que, por vezes, essas mulheres são remuneradas com salários indignos, o que as obriga a assumir ainda mais trabalho.

Em síntese, a interseccionalidade feminina está relacionada às formas de injustiça social que colocam as mulheres em desvantagem em relação aos homens, independentemente do grupo a que pertencem. Assim, cada grupo possui características e peculiaridades que conduzem a alguma forma de opressão, uma vez que o revés não é isoladamente a raça, a cor, a sexualidade ou a condição social. Nesse viés, a interseccionalidade não é uma grande teoria, ela se configura como uma perspectiva para a compreensão de certos tipos de problemas.

A pesquisadora brasileira Carla Akotirene²² (2019) apresenta a raiz política, o fundamento e os contrapontos da interseccionalidade no contexto brasileiro. Em vista disso, absorve toda a influência da jurista Kimberle Crenshaw e reitera a interposição entre raça e gênero na construção do conceito de interseccionalidade. Em contrapartida, a brasileira acrescenta aspectos novos, não abordados pela norte-americana: o capitalismo e o cisheteropatriarcado²³. Por conseguinte, para ela, a “interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2019, p. 14).

Ainda segundo Carla Akotirene (2019), o racismo, o capitalismo e o patriarcado existem juntos, isto é, precisam ser vistos de forma inseparável. As mulheres negras não são as únicas a sofrer opressões, mas estão entre as mais reprimidas pela sociedade capitalista e patriarcal, sendo comum que estejam entre as mais afetadas pela ausência de proteção e amparo social. Nessa linha, lutar contra o racismo implica também combater o machismo, a LGBTfobia, a discriminação contra pessoas com deficiência e tantas outras formas de opressão, uma vez que há uma matriz de dominação que articula essas violências de forma contínua.

²²Nascida em Salvador, Bahia, é militante, pesquisadora, autora e colunista no tema do feminismo negro no Brasil. Bacharel em Serviço Social, possui mestrado em Estudos Feministas e é doutoranda em Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia. Carla é professora assistente na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e é frequentemente citada por sua investigação sobre interseccionalidade.

²³O heteropatriarcado ou cisheteropatriarcado (de cis[generidade], hetero[ssexualidade] e patriarcado) é um sistema sociopolítico no qual a heterossexualidade cisgênero masculina tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e sobre as outras orientações sexuais.

Nessa acepção, quando uma mulher negra é vítima de uma forma de opressão diferente daquelas atribuídas aos homens negros, ela costuma ser desamparada pelo movimento negro. Isso acontece porque tal movimento, em muitos casos, é pensado e estruturado em função dos homens, fazendo com que o homem negro se torna o representante de toda uma raça, desconsiderando outras categorias, como travestis e homossexuais. Ainda, é possível afirmar que, por vezes, a mulher negra também é desamparada pelo movimento feminista, visto que muitas correntes do feminismo desconsideram aspectos como classe, raça, etnia e orientação sexual. Em outras palavras, adotam uma perspectiva universalizante do que é “ser mulher”, negligenciando as especificidades de mulheres negras e indígenas, por exemplo.

Akotirene (2019) atribui ao conceito de interseccionalidade a capacidade de oferecer respostas metodológicas, tomando como ponto de partida as experiências vividas por mulheres negras.

O problema não está necessariamente nas respostas identitárias dadas à matriz colonial, mas quais metodologias usamos para formular tais respostas, que, não raro, enveredam para uma dependência epistemológica da Europa Ocidental e Estados Unidos; a exemplo, feminismo da mulher universal e marxismo (Akotirene, 2019, p. 21).

Nesse ponto de vista, a atuação prática da interseccionalidade consiste em proporcionar soluções e visibilidade para os problemas das mulheres negras ou mulheres em situações opressivas na coletividade, e não individualmente, contrariando a lógica da colonização, que oferece condições de visibilidades para alguns, condenando os demais ao fracasso.

No livro *Interseccionalidade* (2021), as autoras Patrícia Hill Collins²⁴ e Sirma Bilge²⁵ apresentam uma variação do conceito, destacando que ele se enquadra em

²⁴Patrícia Hill Collins é uma ilustre professora universitária de sociologia emérita da Universidade de Maryland, College Park. Ela também foi chefe do Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade de Cincinnati. Collins foi eleita presidente da Associação Americana de Sociologia (ASA) e atuou, em 2009, como a 100ª presidente da associação – sendo a primeira mulher afro-americana a ocupar esse cargo. O trabalho de Collins diz respeito principalmente a questões envolvendo raça, gênero e desigualdade social na comunidade afro-americana. Ela ganhou atenção nacional por seu livro *Black Feminist Thought: Knowledge*, publicado originalmente em 1990. Em outubro de 2023, foi vencedora do prêmio de Filosofia e Cultura.

²⁵ Sirma Bilge é professora catedrática no Departamento de Sociologia da Universidade de Montreal, onde leciona cursos de graduação e pós-graduação sobre gênero, sexualidade, racismo, nacionalismo e relações étnicas, bem como abordagens pós-coloniais e descoloniais.

diferentes áreas do conhecimento e avança por vários campos de estudo. Em outras palavras, ele pode ser definido como uma ferramenta analítica utilizada para compreender como o poder opera na sociedade. Assim, pode ponderar as formas de dominação, exploração e controle existentes numa conjuntura social e em determinada época, buscando as unificações e sobreposições que envolvem as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação, cidadania, idade, entre outros marcadores.

Por conseguinte, a interseccionalidade identifica os elementos de poder e hierarquia e as formas de exploração em uma sociedade, no âmbito econômico, político ou simbólico, e analisa como esses elementos se formam e se consolidam, apresentando caminhos que levem à transformação dessa realidade social.

Nessa lógica, a práxis da interseccionalidade como ferramenta analítica se consolida como uma estratégia de inserção comunitária. A título de exemplo, é possível citar as universidades, as quais enfrentam o desafio de tornar seus campi mais inclusivos, conforme apontam as estudiosas: “As divisões sociais resultantes das relações de poder de classe, raça, gênero, etnia, cidadania, orientação sexual e capacidade são mais evidentes no ensino superior” (Collins; Bilge, 2023, p. 18). Elas surgem como estruturas melhores para lidar com as questões sociais, como o feminismo negro estadunidense, nas décadas de 1960 e 1970, e ainda como mecanismo de discriminação social no Terceiro Mundo.

A interseccionalidade, segundo Collins e Bilge (2023), lança o olhar sobre a dinâmica capitalista global ao apresentar quatro domínios de poder distintos, mas intersectados: o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal – áreas essenciais para este estudo. O domínio estrutural refere-se às estruturas fundamentais da sociedade, como trabalho, moradia, educação e saúde; às intersecções de classe, que é o capitalismo, à nação como máquina pública.

Na perspectiva do domínio de poder cultural, estrutura-se a construção de uma visão de mundo apoiada no mito do *Fair Play*²⁶. Em uma sociedade capitalista, em que aqueles que usufruem de bens e valores são exatamente os que estão mais bem preparados em todas as áreas, especificamente nos meios da educação e da saúde, não há como o jogo ser justo, uma vez que alguns são privilegiados. Sendo assim,

²⁶ Jogo justo (tradução nossa).

uma competição justa requer um resultado justo, que, por conseguinte, pressupõe uma meritocracia.

Quanto ao domínio de poder disciplinar, encontra-se a aplicação de regulamentos – sejam eles incentivos ou apenas obstáculos –, porém apoiados na raça, sexualidade, classe, gênero, idade, capacidade, nação, enfim, categorias semelhantes. Afinal, mulheres são educadas para se enquadrar, ou não, a alguma regra do contexto social.

O poder interpessoal refere-se à experiência individual, à forma como se convive com os domínios estrutural, cultural e disciplinar, evidenciando o sentimento de pertencimento a determinado grupo – seja ele marcado pelo racismo, pela xenofobia, pela misoginia ou pelo cultivo da imagem da masculinidade em oposição à feminilidade.

Por exemplo, homens e mulheres frequentemente sofrem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexismo de maneiras bastante distintas, e assim por diante. A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber (Collins; Bilge, 2021, p. 30).

Do final do século XX ao período atual, houve um agravamento exponencial da desigualdade econômica, que, conseqüentemente, ocasiona a disparidade social. Nesse contexto, a interseccionalidade analisa o impacto da assimetria econômica nas interconexões de classe, raça, gênero, sexualidade, dentre outros, observando que a crise econômica não atinge esses grupos de forma homogênea, uma vez que cada grupo sofre um impacto diferente.

Por conseguinte, as políticas públicas de bem-estar social buscam proteger os interesses da população, diferentemente das políticas neoliberais, que acreditam que o mercado tem mais poder do que a instância governamental para produzir resultados justos, sensíveis e bons para todos.

Sob a lógica da ideologia neoliberal, empresas privadas que respondem às forças do mercado, não à supervisão democrática de cidadãos e cidadãos, podem, potencialmente, fornecer serviços menos dispendiosos e mais eficientes que o funcionalismo público (Collins; Bilge, 2021, p. 36-37).

Depreende-se, a partir desse estudo de Patrícia Collins e Sirma Bilge (2021), que a interseccionalidade consiste em pensar as relações de poder, as formas de

dominação, exploração e coerção na sociedade, não apenas no nível econômico, de classe, mas também em demonstrar como as classes se interrelacionam com as categorias de sexo, geração, raça gênero e cidadania, a fim de repensar a hierarquia social e encontrar maneiras de alterar esses mecanismos.

Nessa tese, o poder se apresenta de duas formas: a primeira diz respeito à categoria de poder que abrange a habitual lista de raça, classe, gênero, indigenismo, sexualidade, dentre outros; e a segunda refere-se ao conjunto de análises que se concentra na forma como a sociedade está estruturada, isto é, no domínio dos poderes. Essa análise dos domínios é relevante, pois possibilita perceber que a interseccionalidade oferece uma visão ampla sobre o poder, permitindo pensá-lo não apenas por meio das categorias de raça, gênero, classe, entre outras, mas também por intermédio das esferas do poder estrutural, ideológico, institucional e interpessoal.

Nesse contexto, é possível exemplificar que, na sociedade brasileira, a situação das trabalhadoras em serviços domésticos evidencia uma categoria que, diferentemente de outras, não foi devidamente amparada pelos pressupostos legais. Dessa forma, no interior de lares pertencentes a uma minoria detentora da alta concentração de renda, existe uma mulher com atribuições ligadas aos cuidados do lar que sofre discriminação por parte de outra mulher, normalmente a contratante (patroa), assim como retratado em *Pedaços da Fome* (1963), em que Maria Clara se viu na condição de trabalhadora do serviço doméstico sem salário.

O mesmo ocorre com o movimento feminista. O relacionamento das trabalhadoras domésticas com o movimento feminista inicia-se com enormes desconfiças, pois o trabalho doméstico era – e ainda é – visto como condição para a libertação das mulheres de classe média dos serviços domésticos (Bernadino-Costa, 2015, p.157).

Para a socióloga Sirma Bilge (2020), o termo interseccionalidade origina-se nos movimentos de feminino negro; contudo, esse não é o único grupo passível de desigualdade, diferença ou diversidade. Na sociedade moderna, em que emerge a necessidade de lidar com novas diferenças e complexidades, a interseccionalidade está alinhada às práticas feministas de classe e gênero. Nesse viés, a interseccionalidade “reflete a teoria transdisciplinar que busca compreender a complexidade das identidades sociais e desigualdades através de uma abordagem integrada” (Bilge, 2020, p. 239). Desse modo, a interseccionalidade extrapola os limites do reconhecimento do sistema opressor, propondo a compreensão da

realidade social de homens e mulheres em todas as suas dimensões. A essa perspectiva teoria são atribuídos os avanços no conhecimento e na complexidade das injustiças sociais e das identidades sociais.

Em contextos cujo aspecto racial não é determinante, a interseccionalidade não abraça a questão antirracista; contudo, abrange questões relacionadas à etnia, à cultura, à religião e à realidade atual. Todavia, essa transmutação de sentido racial não rebaixa nem invalida o significado da interseccionalidade, pois ela não é um termo universal, único e restritivo da opressão racial. Pelo contrário, a interseccionalidade leva em conta as disparidades na sistêmica posição social (Bilge, 2018, p.81).

Enfim, as mulheres não fazem parte de uma categoria universal, de um modelo único. Existem mulheres negras, lésbicas, indígenas, de distintas religiões, de classes sociais diferentes; cada grupo com suas características, opressões e necessidades, tornando impossível pensar de forma universal. Durante muito tempo, muitas mulheres de movimentos feministas não percebiam que estavam em situação de privilégio e, dessa forma, oprimiam aquelas em condições desfavoráveis.

2.1 A construção do feminino em *Pedaços da Fome*

Os estudos no tocante à interseccionalidade mostram que, tradicionalmente, as mulheres são vítimas de opressão, seja em relação ao sexo masculino, seja em relação às próprias mulheres. Isso ocorre em razão de existirem grupos que se distinguem pela raça, pela classe social, pela etnia, pela religião, pela orientação sexual, tendo uma infinidade de situações que colocam uns grupos em vantagem em relação a outros. Desse modo, é possível destacar que as mulheres brancas e ricas são as principais integrantes do grupo opressor. Para este estudo, são relevantes as opressões de caráter social, cultural e de gênero.

O cenário mundial passou a viver uma nova era nas esferas industrial e econômica, a chamada globalização, a partir de 1960. Esse novo cenário pós-moderno exige de homens e mulheres atitudes inovadoras nos campos político, ideológico e literário. No que tange à crítica feminista, a mulher, em especial a mulher negra, passou a exercer maior representatividade na literatura, tanto como produtora quanto como representação nas personagens. Tendo em vista o objeto de pesquisa deste trabalho, utilizar-se-á como parâmetro o romance *Pedaços da Fome* (1963), de Carolina Maria de Jesus.

Durante um longo período da história, a literatura de autoria feminina esteve em desvantagem em relação àquela produzida por homens. Tal assimetria não se deveu à ausência de mulheres com capacidade técnica e criativa, mas a um contexto histórico excludente em que viviam. Houve um silenciamento da escrita feminina, visto que o cânone literário sempre foi, majoritariamente, masculino. Entretanto, a partir da segunda metade do século passado, as mulheres despontaram no cenário literário, não somente como tema ou musa, mas como agentes ativas: escritoras.

Após tantos séculos esquecidas e à margem da história, as mulheres finalmente começam a ocupar o espaço que lhes cabe nas artes, na literatura, na política e na sociedade. Finalmente – repito – vivemos o momento de reconhecimento da autoria feminina, pois, apesar de presentes no cenário literário desde o século XVIII, a produção das primeiras escritoras foi sistematicamente ignorada pelos historiadores, chegando, em muitos casos, a desaparecer como se nunca tivesse existido (Duarte, 2023, p. 22).

Em se tratando do silenciamento da escrita feminina negra, é possível considerar que este é um fenômeno histórico e contemporâneo que reflete interseções de racismo e sexismo. Carolina de Jesus, por sua vez, desafiou esse silenciamento e contribuiu para o enriquecimento de uma literatura inclusiva. No entanto, durante anos, sua obra dormiu à margem da crítica literária. “É pertinente acrescentar que a escrita de autoria feminina negra, amiudadamente, foi e ainda é, em determinada medida, menoscabada pela fundação do cânone literário brasileiro, abrangendo espaços hilotas nos conflitos singulares do *domaine poétique*” (Fronza, 2021, p. 18, *itálicos da autora*).

Nesse quadro, abordar-se-á a personagem-protagonista, Maria Clara Fagundes, do romance *Pedaços da Fome* (1963), de autoria de uma escritora intersectada pelas relações de poder – racial, social e cultural, dentre outras. Quanto ao papel feminino, a narrativa representa uma mulher de forma complexa e multifacetada, refletindo duas realidades de épocas distintas: a mulher educada aos moldes do século XIX e aquela que precisou desafiar os obstáculos do início do século XX.

Maria Clara recebeu instruções para ser filha e esposa, conforme os paradigmas patriarcais – um adorno para o pai e o futuro esposo. Com a frustração de prosperidade por meio do matrimônio, a personagem passa a representar os intensos conflitos interiores da mulher, a partir do arrependimento pelo abandono do

lar paterno e da desconstrução da mulher submissa e dona de casa, para reformular os valores da mulher urbana de uma sociedade incipientemente moderna e industrial. O dinheiro, que na vida provinciana impedia-a de ser feliz, é o mesmo elemento que resolveria os estorvos no convívio urbano.

A política do patriarcalismo reduziu a capacidade intelectual feminina, excluindo-a da comunhão social e causando à mulher, segundo Virginia Woolf (2019), uma dificuldade em conquistar seu espaço e voz própria. Diante do pouco acesso aos recursos para uma vida digna, a mulher vivia em função de agradar aos homens e de cuidar da família, suprimindo ideais, intelectualidade e valor, o que a levava à degradação de ser, ao mesmo tempo, escrava e senhora. Nesse sentido, estabeleceu-se Maria Clara, uma jovem criada nos rigores de uma educação patriarcal, na qual a identidade foi formada em torno do amor e do desejo masculino, da espera pelo homem perfeito, para que pudesse colocar em prática a submissão e a feminilidade.

A literatura de Carolina de Jesus constrói uma personagem com características semelhantes às das princesas dos contos de fadas: jovem, considerada bonita, com a pele clara e os cabelos longos. Tipicamente associada ao bem, “a filha do coronel era uma boneca de porcelana” (Jesus, 1963, p. 22), uma figura exemplar para a realidade da época – carregada de convenções sociais –, cuja única perspectiva era o casamento. Maria Clara representa a moça perfeita, fruto de uma família também perfeita aos olhos da sociedade patriarcal. Essa caracterização de ser rara e única é apresentada pelo narrador da seguinte forma: “O teu nome combina com a tua côr. A senhorita é nívea, parece que nunca tomou sol; para mim a senhorita é igual a orquídea que não recebe os raios solares” (Jesus, 1963, p. 29).

Por esse ângulo, faz-se interessante observar que a descrição da personagem, na primeira fase do romance, é fundamental para analisar a identidade feminina de Maria Clara nas próximas fases. Naquele período, ela vivenciava o pré-casamento, à espera do outro, um ser desconhecido, que pudesse lhe acrescentar sentido à existência. Durante esse período, a jovem não desempenha nenhuma ocupação específica, não lhe sendo concebido nenhum tipo de preocupação. Sua rotina podia ser resumida a tocar piano, descansar no quarto e observar a praça pela janela de sua mansão.

É possível afirmar que a personagem é demasiadamente inocente, não possuindo habilidades para dialogar com outras pessoas fora do convívio familiar, especialmente com rapazes. Ao observar o diálogo da jovem com o galanteador Paulo

Lemes, depreende-se que ela possui pouca complexidade emocional e intelectual. Posteriormente, ao ser repreendida pelos pais, a jovem se desespera e ameaça tirar a própria vida, revelando sua fragilidade emocional. Seduzida pelo golpista, Maria Clara deixa transparecer a característica de uma vítima indefesa.

Na segunda fase da narrativa, no interstício do seu casamento, Maria Clara aparece ao leitor como uma mulher pobre, envelhecida, malvestida – um farrapo humano –, como a escritora a apresenta: “Uma mulher suja, feia, vai saber tocar piano?” (Jesus, 1963, p. 165). Em vista disso, ela se encontrava apenas como uma distante lembrança da mulher feminina de outrora; o outro ainda é fator determinante em sua vida. Enquanto, no início, ela vivia à espera do outro, agora sua angústia se materializa a partir da inércia do outro: seu esposo. Para mais, a personagem experimenta severos apuros, como a falta de conforto, de moradia, de segurança alimentar e, principalmente, de felicidade, conforme demonstra o fragmento a seguir: “Que desastre! Como é que vamos passar a noite ao relento?” (Jesus, 1963 p. 166).

O nascimento dos filhos agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade social na qual se encontra a protagonista, ocasionando a necessidade de realizar trabalhos domésticos remunerados, para os quais ela não estava habituada nem preparada para exercer. Contudo, durante esse período de desequilíbrio social e financeiro, a personagem não desiste de seu casamento e conserva-se obediente ao esposo, o que comprova a presença do conceito de submissão, característica própria da mulher na sociedade patriarcal: “E a esposa deve obedecer ao esposo em consideração a sua força moral” (Jesus, 1963, p. 214). Mesmo diante dos apuros sociais e dos problemas econômicos com os quais convive, Maria Clara mantém-se amável e bondosa, principalmente com os filhos.

Infere-se, nesse contexto, que a protagonista sofre uma interseção de opressões, tanto de ordem de gênero quanto de ordem social e cultural. Por ser mulher, Maria Clara não desfrutava do privilégio de ter um emprego, nem de tomar atitudes em relação à situação em que se encontrava. Na condição de pobre, faltava-lhe respeito por parte da sociedade – até mesmo por parte da tia de seu esposo e das vizinhas, que também vivenciavam situações de pobreza. Estas criticavam a protagonista sempre que ela buscava desenvolver qualquer atividade remunerada ou cultural. Aos olhos da sociedade, o modelo ideal de família é aquele cujo homem é o provedor do lar, e a esposa, a cuidadora da casa e dos filhos.

Neste trecho: “E a dona das roupas furiosa espancou a Maria Clara que pedia por socorro, mas as vizinhas sorriam, instigando-as com insultos escarninhos” (Jesus, 1963, p. 156), observa-se que Maria Clara é motivo de chacota por mulheres pobres, assim como ela, em razão de não se enquadrar no modelo social no qual as atividades domésticas são próprias do público feminino. Assim, segundo Sirma Bilge (2018, p. 81), pensar “interseccionalmente sobre como a interseccionalidade é e deveria ser empregada requer considerar posições estruturais e diferenciais de poder”.

Diante de tantas amarguras e já desiludida, Maria Clara encontra um “príncipe” que a leva de volta ao seu “castelo”. Na terceira e última fase da narrativa, o “príncipe”, extremamente bondoso, que a salva daquela situação opressora e degradante, devolvendo-lhe a dignidade, não é um belo rapaz que a pedirá em casamento logo em seguida. Trata-se de seu próprio pai, que a reencontra flagelada nas ruas de São Paulo. Aqui, o final feliz não é celebrado com uma festa de casamento; pelo contrário, inicia-se com o desfazimento do matrimônio entre a protagonista e Paulo Lemes. Em conformidade com o catolicismo, religião de Maria Clara, o matrimônio é um sacramento que deve ser vivido pelo casal na integralidade: uma tríade sagrada entre o homem, a mulher e Deus.

Seguindo tal doutrina religiosa, cumpre dizer que o desfazimento do matrimônio deveria ocorrer unicamente por meio da morte de pelo menos um dos cônjuges. A personagem Maria Clara respeitou esse conceito, uma vez que o rompimento com o companheiro opressor aconteceu apenas com a morte dele. Isso lhe concedeu, ironicamente, o tradicional final feliz. No entanto, como viúva, ao lado dos filhos e da família, assim como destaca o trecho: “Quando o coronel foi levar a certidão de óbito de Paulo a sua filha disse: agora você é livre minha filha. Quero saber quais são os teus projetos” (Jesus, 1963, p. 211).

Desse modo, os atributos de Maria Clara – como a beleza, a bondade, a delicadeza, a boa educação, a obediência e o espírito de sacrifício – permitem compará-la a uma figura padrão dos contos de fadas e, ainda, à idealização da mulher no Romantismo – apesar de as demais características da narrativa se afastarem desse período.

Além disso, é importante enfatizar que o texto da escritora afro-brasileira apresenta uma linguagem não convencional, simples – embora conserve vocábulos sofisticados – e realista, representando, de forma crítica, os impasses sociais da cidade de São Paulo na segunda metade do século XX.

Ao se considerar os parâmetros teóricos sobre a interseccionalidade, observa-se que a personagem Maria Clara, inicialmente integrante de uma parcela da sociedade considerada privilegiada por ser branca e rica, é, contudo, silenciada pela relação de poder estabelecida pelo patriarcalismo. Em seguida, ela experimenta outros tipos de opressão: a social, por tornar-se extremamente pobre; e a cultural, por viver como uma espécie de mãe solo, pois, embora casada, enfrentava a opressão comumente vivida por mulheres que são as únicas responsáveis por prover o lar, visto que seu companheiro não cumpria com as atribuições de pai e chefe de família. Ao reconquistar a posição de mulher rica, Maria Clara rompe com a opressão social e a cultural.

Por conseguinte, pode-se inferir que Maria Clara conquistou, durante a juventude rica e ainda no período em que viveu em cortiços e favelas na capital paulista, os requisitos necessários para romper com a opressão de gênero e de classe social, reescrevendo um novo capítulo da vida, com liberdade e independência. Desse modo, ela pode trabalhar, ser independente e se posicionar política e filosoficamente, de forma que, assim como afirma Woolf (2019), tenha condições de “matar o anjo do lar”²⁷, ou seja, o anjo é a práxis da interseccionalidade, a qual se configura na mulher doméstica e passiva, que se cala diante das rotineiras formas de discriminação.

Maria Clara adquiriu experiência sobre como a mulher é ponderada nos dois extremos da coletividade. Ela possui intelectualidade, por ter estudado em renomadas escolas; conhecimento de causa das opressões femininas, por ter vivido na pobreza; e, agora, ao reconquistar seu prestígio, tem competência para ser ativa contra a opressão feminina – ainda que contra si mesma. O trecho que se segue corrobora tal afirmativa, pois, após o fim de seu casamento, seu pai lhe indaga: “Quero saber quais são os seus projetos?” (Jesus, 1963, p. 211).

2.2 O não-lugar da personagem Maria Clara

“Duro é o pão que nós comemos (...) Dura é a vida do favelado”²⁸. E é assim, representando a divisão de classes, a má distribuição de renda e a divergência entre

²⁷Expressão criada por Virginia Woolf para se referir ao aspecto de submissão feminina, em seu livro *As mulheres devem chorar... ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo*.

²⁸Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, pag.37.

a burguesia e as pessoas que vivem em situação de indigência, que Carolina Maria de Jesus se apresenta à literatura brasileira por meio do livro *Quarto de Despejo*²⁹. Nesse mesmo paradigma, a representação, em palavras, de mais uma miséria, opressão e descaso concebe o romance *Pedaços da Fome* (1963).

A fome – tema comum à escrita de Carolina Maria de Jesus –, nessa ficção, alcança a história de uma mulher em busca de si mesma. Não se trata apenas de uma mulher intersectada pela sociedade brasileira, como é recorrente nas produções de Jesus, mas também da mulher burguesa, rica e poderosa, em conflito com a retirante pobre: aquela que possui tudo diante da que nada tem, coexistindo na mesma pessoa. Quando possuía poder, Maria Clara não era notada, não se integrava ao seu mundo, alimentava um sentimento de rejeição por ser filha de um coronel. Em linhas gerais, a grandiosidade do poder paterno a impedia de construir relações sociais e emocionais, pois os rapazes não se aproximavam dela, por respeito à veemência paterna; em outras situações, as pessoas a agradavam e elogiavam com o intuito de conquistar a confiança do genitor: “bajulavam a filha para cativar o pae” (Jesus, 1963, p. 22).

Após perder as regalias da vida abastada, a personagem não se adapta ao novo contexto. Inicialmente, ela é apresentada ao leitor da narrativa com características típicas das princesas dos contos de fadas, que vivem em um ambiente solitário, praticamente sem sair e privadas de laços de amizade, visto que os demais personagens jovens de sua faixa etária são empregados de seu pai e sequer são nomeados na narrativa. Depois, ao se integrar ao outro extremo da sociedade, ela também não consegue se sentir pertencente àquele ambiente social. A protagonista estabelece uma relação de amizade com Dona Maura, uma senhora que exerce a função de proteção em relação à Maria Clara; contudo, ela não se adapta à cultura do cortiço.

A dose de tensão entre os dois extremos não nasce com a mudança de classe social; pelo contrário, cresce à medida que narra a luta psicológica da protagonista pela felicidade, ou melhor, pela idealização da felicidade. Maria Clara não se sente completa, embora seja bonita, rica e detentora de grande poder social por ser a herdeira de um notável coronel. O prestígio da família a impede de experimentar as peripécias da juventude, de modo que ela, apesar de inteligente, torna-se ingênua e

²⁹*Quarto de Despejo: diário de uma favelada* é o primeiro livro de Carolina Maria de Jesus, publicado em 1960.

propensa a ser enganada. A educação patriarcal molda a mulher para ser submissa, e o excesso de delicadeza da protagonista a impede de perceber os indícios do golpe.

Maria Clara estudou em renomadas escolas da época. No entanto, a formação escolar foi insuficiente para lhe garantir segurança profissional e sobreviver dignamente na cidade moderna que se iniciava. Devido à condição de mulher burguesa, não precisava possuir a desenvoltura intelectual necessária para se estruturar no mundo do trabalho, construir uma carreira ou simplesmente se destacar socialmente por méritos próprios, porque a ideologia familiar se assentava na preocupação com as tradições e na manutenção da estrutura familiar, na qual todos se submetiam às ordens patriarcais.

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas de matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professores particulares ou em escolas religiosas. As habilidades com agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviços também faziam parte da educação das moças, acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representar os socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio, as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representavam uma das poucas formas de lazer para essas jovens (Louro, 2020, p. 446).

Nesse sentido, a formação da mulher estava fortemente voltada para elementos tipicamente femininos, como moda, tocar piano, ter bons modos – uma educação propícia às mulheres da alta sociedade, as quais estavam predestinadas à família e ao casamento, conforme as exigências da burguesia. Do outro lado, estão as mulheres pobres, que não tinham condições de se preparar para a vida doméstica, embora estivessem diretamente envolvidas com os afazeres em casa, na roça e no cuidado com os irmãos – atribuições consideradas próprias do universo feminino, priorizadas em detrimento da educação escolarizada.

Gilberto Freyre³⁰ (1936 p. 117), em *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*, registrou que “é característico do regime patriarcal, o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo”. Segundo Guacira Louro (2020)³¹, essas diferenças se apresentam também na formação educacional entre homens e mulheres. Inicialmente, ambos seguiam a mesma base; depois, à formação feminina, eram acrescidos os conhecimentos domésticos, enquanto aos homens, a geometria. Nesse paradigma, concebe-se a formação de Maria Clara até seus 18 anos, quando vivia com seus pais. Jovem meiga, fina, bem educada, inocente e exímia pianista. No entanto, ao ingressar na classe trabalhadora, ela precisa se aproximar, sob a ótica da então sociedade, do papel masculino. Mesmo conservando os ensinamentos familiares, a personagem adquire características e atitudes do chamado sexo forte, tendo em vista que se tornou a provedora do lar, passou a ter voz firme para com o esposo e equilíbrio emocional para se manter firme diante das críticas, como demonstra Carolina Maria de Jesus no recorte a seguir: “hoje eu e dona Maura vamos trabalhar numa festa. Você fica em casa para olhar as crianças” (Jesus, 1963, p.163).

Conforme os estudos de Gilberto Freyre (1936), é possível compreender que, na tradição brasileira, as mulheres possuem pouca ênfase na construção da vida social. Suas ações, comumente, ocupam o pano de fundo do cenário social. Assim, a partir da década de 70, graças ao movimento feminista, as mulheres passaram a ter visibilidade como protagonistas do mundo social. No entanto, o feminismo brasileiro estava encabeçado por mulheres de classe média, muitas delas com acesso à educação superior, uma realidade bem remota daquela vivida por mulheres, como Maria Clara e Carolina de Jesus, cujas batalhas se materializam pela sobrevivência.

Nessa ótica, as habilidades que a personagem caroliniana possui, adquiridas durante a juventude, em um ambiente burguês, como tocar piano e dominar as normas de etiqueta, são adequadas a um ambiente sofisticado, no qual poderiam ser aproveitadas no mercado de trabalho. No entanto, na periferia dos grandes centros urbanos, esses atributos são totalmente inviáveis e desnecessários. Sobre a

³⁰Gilberto Freyre foi um escritor e sociólogo brasileiro dedicado a analisar as relações sociais do Brasil Colonial e o reflexo disso na formação da identidade brasileira.

³¹Guacira Lopes Louro é Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Cf. LOURO, Guacira. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, p. 443-479, 2020.

dificuldade de empregos acessíveis às pessoas que vivem em regiões desprivilegiadas, Patrícia Collins e Sirma Bilge (2021) afirmam:

Pessoas negras, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes enfrentam barreiras para ter acesso a empregos seguros, bem-remunerados e com benefícios. Muitos desses grupos vivem em áreas duramente afetadas por uma economia global em transformação e por ameaças ambientais (Collins; Bilge, 2021, p. 34).

Assim pessoas negras, principalmente as mulheres, quando conseguem emprego, ocupam aqueles com menores salários e piores condições de trabalho e vivem nas áreas mais empobrecidas da sociedade, fatores que favorecem o empobrecimento. Ainda de acordo com esse estudo, o termo interseccionalidade surgiu nos movimentos negros. Entretanto, na narrativa de Carolina Maria de Jesus, as questões raciais não estão na cor da pele, mas nos aspectos sociais em que a personagem principal está inserida. Maria Clara vive em um contexto social brasileiro que é, em grande parte, composto por uma maioria de mulheres negras ou mestiças. Segundo Soibert (2020), após o regime escravista, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível e não remunerada do trabalho doméstico das mulheres. Por essa razão, muitas delas passam a vida em busca de comida, por conta de um corpo social desigual, preconceituoso e machista, o qual, durante séculos, condicionou a classe feminina e menos avantajada à margem da prosperidade social.

Carolina de Jesus foi extremamente perspicaz ao construir uma personagem feminina branca – fora dos privilégios, submissa e moradora da favela, ela fez o caminho inverso da história, no lugar da cultura do branqueamento, comum em nossa sociedade, Carolina desenvolveu uma espécie de desbranqueamento através da pobreza. Nesse contexto, vale destacar que Carolina construiu a narrativa sem reflexões diretas a questões raciais. A fome de Maria Clara está relacionada à pobreza, não ao aspecto racial. Ainda conforme Rachel Soibert (2020)³², a organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres solo. Isso se devia não apenas às

³²Rachel Soibert – Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. SOIBERT, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, p 362-399, 2020.

dificuldades econômicas, mas também às normas e aos valores diversos, específicos da cultura popular. Contudo, mesmo vivendo o drama da falta de alimentos e de recursos financeiros, como as demais mulheres da favela, Maria Clara não se identificava com aquele contexto, como Jesus apresenta: “Maria Clara tinha receio de passar fome. Ficava horrorizada quando via as mulheres pobres vagando pelas ruas pedindo esmolas” (Jesus, 1963, p. 154). A realidade a deixava perplexa porque não advém da fome, como Carolina.

Integrada ao núcleo de pessoas em situação de pobreza, Maria Clara se autodeclarava pobre. No entanto, o narrador deixa evidente que ela não se identificava com essa realidade, pois, em diversas situações, tanto no cortiço, em Guarulhos, quanto na favela, ela sofria humilhações por parte dos vizinhos, exatamente pela estranheza que causava naquele ambiente, sendo tratada como alguém não pertencente àquela realidade. Nesse aspecto encontramos um traço da escrivência autoficcional de Carolina, mesmo na escrita romanesca ela fala de si, do contexto em que viveu. Em Guarulhos, ao tentar trabalhar como lavadeira, ela acaba estragando as peças de roupa por não saber lavá-las. Por essa razão, a personagem vira chacota para as vizinhas, apanha e acaba detida. A partir desse episódio, recebe a alcunha de pianista, pois suas mãos delicadas não são apropriadas para a realização de trabalhos pesados, mas para atividades delicadas de mulheres brancas, ricas e distantes daquela realidade.

Se ela sabe que não é de nada porque se ofereceu? Mulher que não souber lavar roupas não é mulher, é um resto de gente. É que ela está habituada a ganhar dinheiro facilmente, não sabe dar valor a nada. Volta para o lupanar, vagabunda! Você não teve mãe para ensinar-te a trabalhar, agora só pode servir de repasto dos homens (Jesus, 1963, p. 155).

Nesse sentido, é relevante pontuar que a narrativa é composta por duas famílias representantes da burguesia: a família da protagonista e a de Dona Raquel, tia de Paulo Lemes, o antagonista da história e esposo de Maria Clara. Ambos viviam em Guarulhos, de favor, em um quartinho cedido pela tia de Paulo. Ao conhecer a nova parenta, Dona Raquel logo percebe, além da notável beleza, os traços aristocráticos da moça e convida-os para morarem em sua residência. O narrador deixa evidente que Dona Raquel identifica Maria Clara como uma mulher de origem nobre; entretanto, não houve confirmação dessa origem. Desse modo, a empresária

tenta fazer da moça uma trabalhadora doméstica sem salário, humilhando-a e explorando-a, o que revela o poder opressor da divisão de classes. Os bons modos, a elegância e a cultura de Maria Clara tornam-se insignificantes na presença da falta de dinheiro.

Se você fôsse rica eu gostaria de ter como nora você, compete com meu filho na educação. Mas não compete em finanças. Você é atraente. É pena ser pobre. Arrebatou as malas das mãos e ordenou-lhe energicamente: Vai passar as roupas! Porque essa pressa para ir embora? (Jesus, 1963, p.115).

Nesse cenário, o narrador evidencia a coletividade representada por Dona Raquel: a mulher que não possui prestígio financeiro está fadada ao trabalho doméstico. Na situação em cena, constata-se as habilidades da jovem Maria Clara; em contrapartida, não lhe foi oferecido um trabalho no escritório ou em outro local mais compatível com suas características. Certamente porque se tratava de uma dupla condição: mulher e pobre. Mesmo diante da possibilidade de ela trabalhar como professora de piano, essa opção estava em segundo plano; primeiro, deveria realizar os serviços domésticos. Um homem, nas mesmas condições, teria mais oportunidades de trabalho para se reerguer, embora o preconceito o alcançasse em outros sentidos. Em se tratando de Maria Clara, caso estivesse de posse de dinheiro ou simplesmente com o prestígio da família, certamente não seria tratada como uma empregada por Dona Raquel, tal como demonstra o trecho a seguir: “se eu soubesse que ela é rica, teria a tratado melhor” (Jesus, 1963, p. 212).

Acrescenta-se também que Dona Raquel é de origem operária, conquistou prestígio ao casar-se com um homem rico – fato que a leva a esquecer as amizades e a experiência de vida no passado e a passar a adquirir um comportamento opressor, autoritário e até desumano. Nesse sentido, o narrador realiza críticas aos empregadores quando afirma: “não tem nada de agradável ter patroa que humilha o pobre trabalhador. Tôdas pessoas que são ricas deviam conhecer a pobreza; haviam de ser mais humanas” (Jesus, 1963, p.90), evidenciando o ponto de vista de um narrador que já esteve imerso na pobreza.

Em vista disso, a narrativa apresenta dois extremos do comportamento humano: Dona Raquel, mulher pobre que, ao se tornar rica, se esquece das origens e passa a oprimir a classe à qual pertencia; por outro lado, há Maria Clara, mulher fidalga que acaba se tornando pobre e, a partir dessa experiência, passa a rever os

conceitos e os comportamentos de outrora, reconhecendo o valor e as dificuldades vividas pelos pobres.

Em face ao exposto, é possível apontar que, na narrativa, Maria Clara está em processo de transição; quando jovem – aos 19 anos –, vivia uma vida de riqueza ao lado da família. Apesar de ser comum à personagem a vida financeira abastada, ela se sente desintegrada daquele grupo, pois o fato de ser filha do coronel mais importante do Noroeste dificultava a aproximação das pessoas. O excesso de zelo e de carinho dos pais fez com que ela vivesse distante da realidade e buscasse, como consequência disso, um amor, um homem que fosse para ela um esposo ao modelo de seu pai.

Na fase da pobreza, Maria Clara vive em um completo estranhamento; reconhece-se pobre, mas não se identifica com a situação. A falta de conforto e de alimentos a incomoda, e o ambiente a faz sofrer. A personagem estranha as brigas da vizinhança e as mulheres que pedem esmolas; nesse ponto, é possível estabelecer um paralelo com a autora Carolina Maria de Jesus, ao relatar, em seu diário, que não se acostumava com a vizinhança na favela do Canindé. Nessa fase, a busca de Maria Clara é por alimento e condições dignas para criar os seus filhos.

3 FEMINISMO E POBREZA: INTERSECÇÕES ENTRE A NARRATIVA E O PATRIARCADO

*“Não digam que fui rebotinho,
que vivi à margem da vida.
Digam que eu procurava trabalho,
mas fui sempre preterida.
Digam ao povo brasileiro
que meu sonho era ser escritora,
mas eu não tinha dinheiro
para pagar uma editora”
Carolina Maria de Jesus*

Diana Pearce (1978), socióloga norte-americana, introduziu o termo “feminização da pobreza”, em 1978, com o objetivo de retratar, nos Estados Unidos, o aumento da proporção de mulheres entre os pobres, e o crescimento do número de

famílias chefiadas pela figura feminina nessa condição (Costa et., 2005, p.8 apud Szul, 2017, p. 5). No romance *Pedaços da Fome* (1963), é possível identificar tal conceito representado por meio do núcleo feminino, composto por mulheres que precisam trabalhar para sustentar a família. Por outro lado, nota-se a ausência de trabalho formal remunerado para esse grupo, uma vez que as formas de trabalho feminino presentes no livro incluem as de lavadeira, trabalhadora doméstica e garçonete em eventos – serviços estes majoritariamente femininos e ligados ao cuidado.

Conforme Jean Anyon (1990), em seu artigo “Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais”,

a contradição predominante enfrentada por muitas das mulheres da classe trabalhadora e da classe média baixa consiste em que a carga de feminilidade (ser submissa, subordinada ao homem, dependente e doméstica) está em franca desconexão com as necessidades cotidianas de suas vidas (a necessidade, por exemplo, de luta pela sobrevivência diária). Complementarmente, para muitas mulheres da classe trabalhadora, a contradição manifesta-se na ruptura entre a vontade de seus maridos (de que permaneçam em casa e sejam submissas) e a necessidade de reconhecimento de sua competência e autoestima (Anyon, 1990, p. 14-15).

Por conseguinte, a partir da descrição dos trabalhos exercidos pelas mulheres na narrativa, torna-se evidente a disparidade de gênero no mercado de trabalho, fruto de uma coletividade capitalista e patriarcal, sendo a mulher associada a serviços de cuidado e apoio, com uma péssima, ou quase nenhuma, remuneração, enquanto os homens desempenham papéis de liderança e poder.

Ademais, é fundamental destacar que a condição feminina, no período de transição do Brasil Colonial para o Industrial, é apresentada nesse romance à luz da teoria da interseccionalidade. Nessa mesma perspectiva, Virginia Woolf (2019, p.30) compreende que a dificuldade da mulher em conquistar seu espaço, diante do pouco acesso aos recursos para uma vida digna e da opressão causada pelos homens, é resultante da relação patriarcal da sociedade da época. De acordo com a escritora, para que a mulher tivesse voz própria, seria preciso silenciar o “anjo do lar”, expressão utilizada para referir-se ao aspecto da submissão feminina – esse “anjo” que faz a mulher viver em função de agradar aos homens e de cuidar da família, suprimindo seus ideais, sua intelectualidade e seu valor.

É observável, em *Pedaços da Fome* (1963), que a educação familiar que Maria Clara recebeu da mãe tornou-se um pilar para moldar sua personalidade,

transformando-a em um “anjo do lar”. Viver em uma casa com um pai rígido, uma mãe submissa e em uma sociedade patriarcal – e sem contato com o mundo exterior – fez com que ela aceitasse as dificuldades de sua vida após o casamento, sendo sempre submissa ao esposo e mantendo a esperança de que a realidade pudesse melhorar um dia. Compreende-se, então, que a formação da personalidade de Maria Clara foi desenvolvida a partir do espelhamento das atitudes da mãe.

A feminização da pobreza é outra causa que dificulta o protagonismo feminino, considerando o crescente número de mulheres entre os pobres e o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres. À vista disso, a disparidade econômica, além de um impasse social, é também uma condição de gênero, cujas origens estão associadas a diversos fatores. O principal deles, segundo Novelino (2024), está relacionado à ausência da figura de um homem adulto em domicílio, o que sinaliza que ele ainda é considerado o principal provedor da família.

Antes de prosseguir com a discussão da temática, far-se-á uma conceitualização dos termos “pobreza” e “feminização”. O primeiro se caracteriza, em diversas situações, por de percepções individuais, pois cada indivíduo tem sua própria compreensão do que é a pobreza; todavia, em uma abordagem social, ela se apresenta de forma relativa e absoluta. Segundo Crespo e Gurovitz (2002), na abordagem relativa, a pobreza está relacionada à desigualdade na distribuição de renda; nesse sentido, é o padrão de vida vigente o responsável por definir as classes.

Em outras palavras, aqueles que estão bem posicionados socialmente são considerados ricos, e aqueles que não possuem todos os requisitos para se enquadrarem no conjunto dos ricos são considerados pobres. Dessa forma, a pobreza relativa está na comparação entre os indivíduos: aqueles que não se enquadram no padrão mais elevado são considerados pobres, ainda que possuam condições básicas e confortáveis de sobrevivência – essa diferença pode ser, inclusive, uma questão de poder.

Já na perspectiva absoluta, a pobreza se caracteriza quando há uma delimitação indicando os padrões mínimos ou suficientes de necessidades básicas: “por básicas entendem-se necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas” (Crespo; Gurovitz, 2002, p. 4). Assim sendo, é considerado pobre aquele que vive com as condições mínimas de sobrevivência. Na realidade brasileira, ainda existe o grupo que sobrevive abaixo desse limite, isto é, sem o mínimo necessário.

A feminização, conforme o entendimento dos dicionários especializados na área dos estudos de gênero³³, trata-se de um termo derivado de feminilidade, utilizado no sentido de destacar o sexo ou as características anatômico-fisiológicas das pessoas contabilizadas nas análises quantitativas da composição de uma profissão ou ocupação. Nessa concepção, de acordo com Novelino e Belchior (2008), a feminização da pobreza significa que, ao longo das décadas, as mulheres vêm se tornando mais pobres do que os homens. Conforme a estudiosa estadunidense Diane Pearce (1978), esse fenômeno ocorre em virtude do aumento do número de domicílios chefiados por mulheres entre a população pobre, ocasionado por mudanças na estrutura familiar que as levaram a assumir sozinhas a função de provedoras do lar.

Nessa perspectiva, é possível compreender que existem diferenças entre a pobreza masculina e a feminina, sendo esta intensificada à medida que o corpo social adquire um perfil mais moderno e aumenta o número de famílias chefiadas por mulheres. Tal chefia está associada à pobreza devido à desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho e na sociedade, que não oferecem condições igualitárias de emprego e de renda para as mulheres. Para Pearce (1978), o fator que intensifica o cerne da questão para os homens é o maior número de dependentes, enquanto, para as mulheres, o principal agravante é o mercado de trabalho.

Em relação ao mercado de trabalho, é possível destacar que este leva em consideração as funções reprodutivas e o cuidado com a família, o que resulta em salários menores para as mulheres e no aumento da taxa de desemprego para esse público. Dessa forma, as mulheres envolvidas em situação de pobreza estão mais propensas a sobreviver por meio “de pensão e seguro social e de transferências que incluem doações de membros da família vivendo fora de casa” (Novellino; Belchior, 2008, p.9).

Para este estudo, faz-se fundamental considerar o conceito de chefia feminina, encontrado em Pearce (1978), como a ausência masculina no domicílio familiar. Contudo, essa definição sofre variações:

- (a) domicílios compostos por somente uma pessoa; (b) domicílios onde há mulheres e crianças, mas não homens adultos; (c) domicílios onde há homens adultos presentes, mas onde devido à invalidez,

³³ Dicionário Crítico do Feminismo organizado por Hirata e colaboradores. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Helene; SENOTIER, Daniele (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora Unesp, 2009.

desemprego, alcoolismo ou outros fatores, uma mulher é a principal provedora econômica (Novellino, 2004, p. 6).

Independentemente de qual seja o conceito, os domicílios mais afetados pela ausência do homem como provedor são aqueles de renda mais baixa. Assim, a pobreza feminina se agrava, pois vai sendo transmitida aos filhos, tornando-se um fator dificultador da ascensão social. Embora as consequências da pobreza afetem a qualidade de vida das pessoas independentemente do gênero do chefe, estudos apontam características que indicam um agravamento da situação para o público feminino, como o aumento do desemprego e as deficiências na escolaridade, visto que as mulheres abandonam os estudos para cuidar da família.

(a) o número de domicílios chefiados por mulher estava aumentando; (b) a proporção de mulheres desempregadas era muito maior do que dos homens; (c) a média dos anos de escolaridade das mulheres estava aumentando, mas a média dos anos de escolaridade dos homens ainda era mais alta; (d) a proporção de filhos de domicílios chefiados por mulher matriculados na escola era menor do que nos domicílios chefiados por homem (Novellino, 2008, p. 10-11).

Dessa maneira, é possível compreender que as deficiências quanto à instrução (escolaridade) são um dos grandes agravantes da pobreza feminina, pois, com menos preparo e conhecimento técnico, essas mulheres acabam por ocupar empregos informais, em sua maioria, com características domésticas, sem garantias nem reconhecimento. Ao assumir trabalhos nessas condições, a remuneração será menor e, conseqüentemente, insuficiente para a manutenção da família. Mesmo sendo compromissadas com a educação e a escolaridade dos filhos, muitas chefes de família não conseguem mantê-los matriculados em escolas, situação que gera um círculo de despreparo e pobreza.

A partir disso, cumpre observar que, no âmbito social brasileiro, a pobreza feminina está intimamente ligada ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Quanto mais baixo o IDH, maior tende a ser o número de domicílios chefiados por mulheres. Nesse sentido, a feminização da pobreza pode ser compreendida como um desdobramento da pobreza social. Segundo dados do Governo Federal, “o Nordeste lidera a lista com 7,8 milhões de mulheres como Responsável Familiar, seguido pelo Sudeste (5,1 milhões), Norte (2,1 milhões), Sul (1,1 milhão) e Centro-Oeste (976 mil)”

(Brasil, 2022). Em sua maioria, essas mulheres têm como principal fonte de renda os programas assistenciais oferecidos pelo Estado.

Nesse sentido, observa-se que o fenômeno da pobreza feminina não é um fator isolado de uma determinada época. A pobreza sempre existiu; no entanto, com o processo de modernização social e a transformação do perfil familiar, as mulheres vêm se tornando vítimas em potencial desse fenômeno, especialmente as mulheres negras como demonstram Lélia Gonzalez (2022). Conforme estudado no capítulo anterior, elas sofrem diversas formas de opressão; uma delas é a opressão de gênero, a qual considera a figura feminina como inferior e submissa ao pai e, posteriormente, ao marido, sempre em posição de desvantagem em relação ao homem. Há muito tempo, essa significativa parcela da sociedade vem lutando por igualdade de direitos. As conquistas alcançadas são relevantes e essenciais para a independência feminina; contudo, ainda assim, aquelas que pertencem a uma camada social baixa, mais vulneráveis economicamente e residentes em regiões com pouco desenvolvimento, avistam de longe os direitos e oportunidades conquistados.

Nessas regiões com menor IDH, muitas mulheres chefes de família vivem do assistencialismo. Os programas assistenciais brasileiros, a exemplo do Auxílio Brasil, não são específicos para as mulheres; no entanto, elas são as principais favorecidas por esses benefícios destinados ao público pobre. Cumpre dizer, todavia, que esses programas ainda não são suficientes para erradicar a feminização da pobreza no âmbito social brasileiro, fato que pode ser explicado pela interseccionalidade. A feminização da pobreza tem raízes interligadas a diversas formas de opressão, como as de gênero, raça, classe social, nível educacional e estado civil. Segundo Novelino e Belchior (2008), mulheres pobres, solteiras e chefes de família compõem a maioria que sobrevive sem uma fonte de renda identificável.

Há mais mulheres vivendo na pobreza: O número de mulheres que vivem na pobreza é superior ao de homens e a disparidade entre os gêneros aumentou na última década, diz o relatório da ONU. As relações de poder, a saúde e a distribuição do tempo podem ser muito mais importantes para se medir o bem-estar entre homens e mulheres que o rendimento. As mulheres trabalham durante mais horas do que os homens e pelo menos metade de seu tempo é gasto em atividades não remuneradas. Com isso, grande parte deste trabalho não é incluída nos sistemas de contabilidade nacional, o que acarreta outra dificuldade adicional: o que os países não contabilizam não recebe apoio (relatório da ONU, IBGE notícias *apud* Silva e Miranda, 2014, p. 8-9).

Esse excerto corrobora os estudos sobre a invisibilidade e a gravidade dos problemas que afligem as mulheres. Seja em uma sociedade patriarcal ou na contemporaneidade, elas continuam sofrendo com a falta de reconhecimento e visibilidade. O excesso de horas de trabalho, a remuneração inferior à dos homens e o exercício de atividades laborais sem remuneração expõem as mulheres a diversos problemas, como o preconceito e a violência, especialmente a violência psicológica. Assim, muitas vezes, essas dificuldades permanecem invisibilizadas, fazendo com que elas enfrentem os desafios sozinhas.

Diante desse cenário, as condições para que elas possam ascender e migrar para uma camada social mais confortável tornam-se mais escassas e, conseqüentemente, favorecem o aumento da pobreza feminina. Nesse sentido, o feminismo constitui-se como “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada” (Gonzalez, 2022, *apud* Astelarra, s/p.). Dessa forma, é possível afirmar que há uma relação íntima entre feminismo e pobreza, uma vez que as mulheres são potencialmente mais afetadas em razão da condição social.

Para compreender a formação da pobreza brasileira, recorrer-se-á aos estudos de Gonzalez (2022)³⁴, segundo os quais a formação social brasileira, no século XX, desenvolveu-se entre conflitos de classe, política e regionais, nos quais a deterioração das condições de vida da população de baixa renda é reflexo do “inchaço” populacional nos grandes centros urbanos, especialmente na região Sudeste, o que culminou na formação das periferias e das favelas. Como consequência dessas novas formações populacionais, surgem situações de saúde pública, como o aumento da mortalidade infantil, de acidentes de trabalho, de problemas sanitários e de infraestrutura – a exemplo das moradias –, situações que persistem até os dias atuais. Outro fator de empobrecimento populacional apontado por Gonzalez (2022) é a concentração de renda, que leva os pobres a ficarem mais pobres e os ricos mais ricos, situação que pode ser comprovada pelos dados do IBGE da década de 1980, os quais apontam que um terço da população se mantém com um salário mínimo.

³⁴ América Latina – Lélia de Almeida Gonzalez, uma das precursoras do feminismo negro no Brasil, lutou e viveu pela igualdade racial e de gênero e rodou o mundo mostrando sua urgência.

Diante desse cenário, surge outro conceito: a divisão racial do trabalho, responsável por manter a população negra como massa marginal da mão de obra. Tal divisão condiciona os negros a ocuparem empregos de menor qualificação e, conseqüentemente, àqueles com as piores remunerações. Nessas condições, é possível entender que as desigualdades se articulam de tal forma que uma favorece à outra, adicionando a esse contexto mais uma dimensão de desigualdade: a educacional. As piores estatísticas quanto ao número de anos de escolaridade estão entre os representantes da população negra, os quais, devido às precárias condições salariais e de moradia, precisam ingressar mais cedo no mercado de trabalho, ainda que de maneira informal.

Diante dessa realidade, não há como permanecer nos estudos; assim, quanto mais altos os níveis educacionais, menor é a proporção de negros como concluintes. Nesse ciclo, para a sociedade da época, pode-se considerar que os negros já nasciam com escassas condições de concluir o ensino médio. Segundo Gonzalez (2022), em “1980, os brancos tinham 1,6 vezes mais oportunidades de completarem de 5 a 8 anos de estudos, 2,5 vezes mais de completarem de 9 a 11 anos de estudo e 6 vezes mais de completarem 12 anos ou mais de estudos” (Gonzalez, 2022, p. 124).

A desigualdade educacional era ainda mais agravante para as mulheres. De acordo com dados do Censo, o número de mulheres matriculadas no ensino superior era de cem mil, dado inferior ao dos homens, que compreendia duzentos mil. Contudo, ainda nessa mesma época – segunda metade do século XX –, ocorreu o chamado “milagre brasileiro”, período que marcou uma significativa mudança para as mulheres. Naquele período, o número de mulheres matriculadas nas universidades igualou-se ao de homens. Mesmo diante desses avanços para o público feminino, as mulheres negras ainda viviam uma realidade muito distante daquela apresentada pelos dados científicos. Às negras estavam reservados os trabalhos manuais, que, nos centros urbanos, materializavam-se nas funções de trabalhadoras domésticas e, no ambiente rural, nas atividades ligadas à agropecuária ou à extração vegetal.

A experiência de vida de Carolina Maria de Jesus ilustra bem os fatos aqui apresentados, uma vez que, durante a infância e juventude, ela trabalhou na lavoura. Quando se mudou para São Paulo, Jesus exerceu a função de trabalhadora doméstica em diversas residências até se tornar catadora de material reciclável e, posteriormente, publicar o seu diário, Carolina sempre foi ao encontro da arte, desde muito cedo quando era trabalhadora rural no interior de Minas e São Paulo, nessa

época ela compôs o poema O Colono e o Fazendeiro³⁵, mas a notoriedade se configurou em 1960 com a publicação do diário Quarto de Despejo.

Outra questão que demarca a diferença entre a mulher negra e a branca consiste no número de membros da família. As famílias negras, normalmente, possuem um número maior de integrantes, os quais sobrevivem com o mesmo recurso destinado a uma família branca e pobre. Desse modo, a renda per capita das famílias afro-brasileiras é menor, o que reforça o quanto a pobreza é mais agressiva para essas famílias e o quanto é mais difícil colocar em prática os mecanismos para a quebra desse ciclo de empobrecimento. A educação, fator primordial desse processo, não consegue alcançar todas as mulheres negras, visto que a maioria iniciou sua força produtiva ainda na infância, inviabilizando as possíveis oportunidades de se qualificarem por meio do sistema de ensino.

Se as transformações da sociedade brasileira nos últimos vinte anos favoreceram a mulher, não podemos deixar de ressaltar que essa forma de universalização abstrata encobre a realidade vivida, e duramente, pela grande excluída da modernização conservadora imposta pelos donos do poder do Brasil pós-64: a mulher negra (Gonzalez, 2022, p. 128).

Por tudo isso, é imprescindível salientar que as lutas e as conquistas dos direitos das mulheres se distinguem entre mulheres brancas e negras. Na segunda metade de 1970, o Brasil vivenciou um período de expansão dos movimentos sociais em diversos setores, entre os quais se destacam o Movimento Feminista e o Movimento Negro Unificado. O primeiro se destacava pelos ideais de mulheres brancas e elitizadas, as quais não aprofundavam nas questões raciais. Foi no Movimento Negro que as mulheres negras encontraram representatividade. Os frutos desse movimento se constituíram em uma maior abertura política, que proporciona, na atualidade, melhores condições para que mulheres e homens negros se constituam como protagonistas de suas vidas. Contudo, vale ressaltar que ainda há a necessidade de união dos segmentos sociais em prol do combate ao preconceito racial e social no Brasil. Assim, cabe ao governo efetivar de forma mais eficaz as leis existentes.

³⁵ O colono e o fazendeiro – poema de Carolina Maria de Jesus. Segundo a própria autora na data de 24 de fevereiro de 1941 ela procurou a redação do jornal Folha e mostrou seus escritos para o jornalista Willi Aureli, o qual demonstrou interesse pelo poema citado, contudo não há registros desse encontro.

3.1 A teoria da reprodução social e do cuidado: aditamento à pobreza

Nesse contexto, é relevante discutir as contribuições de Heleieth Saffioti (2013)³⁶ para a teoria da reprodução social e do cuidado. Conforme essa socióloga, o agravamento da expropriação do trabalho feminino é explícito no ambiente doméstico, uma vez que o trabalho é realizado de forma gratuita, sem remuneração. No entanto, não abandona o caráter financeiro, tendo em vista que ele contribui para o fortalecimento da economia familiar e, conseqüentemente, favorece a sociedade capitalista. Torna-se, assim, uma mercadoria barata e produtiva para o capitalismo, controlada prioritariamente pelo sistema patriarcal.

Sob esse prisma, é possível destacar que as mulheres, no decurso do tempo, foram submetidas a uma cultura de misoginia e sexismo, muito embora, nas últimas décadas, as conquistas de direitos tenham sido significativas – direitos esses que surgiram a partir dos movimentos femininos provocados pela intolerável supremacia masculina. O primeiro documento em favor dos direitos das mulheres foi a Declaração de Sentimentos, também conhecida como Declaração dos Direitos e Sentimentos. Esse movimento foi organizado por mulheres e teve como foco principal a instituição “matrimônio”.

A mulher burguesa, desde a infância, era educada para o casamento, aprendendo a ser boa mãe, dona de casa e esposa. Ao conquistar o tão esperado matrimônio, ele conduz o público feminino a um cenário de aprisionamento no âmbito econômico. A mulher depende do marido, e isso tende a limitar sua autonomia e liberdade, tornando-a econômica e emocionalmente dependente do esposo.

Além disso, é possível apontar o aspecto de gênero como uma forma de aprisionamento feminino, na medida em que direciona as mulheres à função de cuidadoras e provedoras emocionais. Cumpre afirmar que tal função se restringe ao cuidado e à atenção à família e, nesse papel crucial, no qual oferecem apoio, conforto e estabilidade emocional, na maioria das vezes deixam de viver as próprias emoções e conquistas, sendo desprovidas do reconhecimento pelo papel que desempenham. Os homens, por outro lado, assumem uma função mais elitizada, sendo-lhes confiada

³⁶ Heleieth Lara Bongiovani Saffioti é autora de mais de doze livros e de inúmeros artigos sobre a situação das mulheres, estudos de gênero e teoria feminista. Ofereceu contribuições indispensáveis à sociologia brasileira, tornando-se uma das mais importantes pesquisadoras feministas do país, desde a década de 1960, com reconhecimento internacional.

a função de provedor financeiro e chefe de família. Nessa seara, a mulher vive em condições de inferioridade em relação àqueles que detêm o controle financeiro e administrativo da família.

O aprisionamento destaca-se ainda pelo poder de controle. Como a mulher é política e socialmente dependente, ela não exerce o controle sobre a própria vida. Em outras palavras, é a sociedade machista que dita ao público feminino as formas adequadas de se comportar, cuidar da saúde e da educação, de tal forma que as famílias/pais priorizavam o estudo para os homens. Assim, por muitos séculos, os cursos superiores eram direcionados ao público masculino; as mulheres brancas e burguesas precisavam apenas saber ler e escrever, e as negras e pobres nem acesso à escola possuíam – para elas eram destinados o trabalho e a exploração.

A declaração afirmava que, como consequência da condição de inferioridade das mulheres no interior do casamento, elas também eram sujeitas a desigualdades nas instituições de ensino e na carreira. “Empregos lucrativos” e “todas as possibilidades de prosperidade e distinção” (como medicina, direito e teologia) eram absolutamente inacessíveis a elas. O documento conclui a sua lista de injustiças, evocando a dependência mental e psicológica das mulheres, o que reduzia sua “confiança e amor-próprio” (Davis, 1944, p. 63-64).

Em *Pedaços da Fome* (1963), a matriarca, Dona Virginia, desempenha brilhantemente a função feminina: esposa exemplar, mãe zelosa, totalmente dependente do coronel Pedro Fagundes e sem autonomia financeira, política ou intelectual. À luz desse mesmo paradigma, ela educa a filha, Maria Clara, que, por sua vez, passou a idealizar o casamento e, ao realizá-lo acidentalmente com o falsário Paulo Lemes, conservou o comportamento comum à cultura patriarcal, desenvolvendo, no seio da nova família, a condição de inferioridade. Ciente da situação em que se encontra, Maria Clara, em vez de romper com o casamento, busca, por meio de estratégias próprias de cuidado, convencer o marido a assumir a função de homem responsável e provedor do lar.

Paulo eu não comprei estes ternos para que os vizinhos lhe invejem, mas para você conseguir um bom emprego. Não mais estamos na época das infantilidades; já que nos casamos, vamos ser corteses mutuamente, você pensa na minha felicidade e eu na tua. Não pretendo continuar lamentando (Jesus, 1963, p. 89).

Nesse ponto, cumpre retomar as formas de interseccionalidade feminina discutidas no capítulo anterior, no qual foram abordadas as diferentes opressões às quais as mulheres são submetidas. Agora, dar-se-á ênfase às opressões de gênero e de cunho social. A mulher encontra-se em desvantagem em relação ao sexo oposto não apenas por ser mulher, mas também por sua condição socioeconômica. É possível afirmar que o trabalho realizado por mulheres e homens, mesmo quando desempenhado com a mesma eficiência e eficácia, é valorizado de forma distinta pela conjuntura social. Essa disparidade pode ser observada nos salários inferiores recebidos pelas mulheres, mesmo quando ocupam cargos e funções semelhantes aos dos homens. No seio familiar, as tarefas domésticas e as de cuidado são substancialmente significativas para a economia familiar, contribuindo direta ou indiretamente para o fortalecimento do capitalismo.

O elo entre capitalismo, trabalho doméstico e de cuidado, em *Pedaços da Fome* (1963), evidencia-se na dedicação de Dona Virginia ao Coronel e à filha, Maria Clara. A esposa se ocupava de cuidar de tudo no âmbito doméstico, inclusive de preparar um ambiente harmonioso, cercado de afeto e bem-estar para o marido. Assim, ele se mantinha motivado, com condições físicas e psicológicas para dedicar-se à produção de riquezas. Nesse contexto, a esposa representava um incentivo para sua prosperidade.

Pois é minha ilustre Virgínia. Eu ainda gosto de você, por que é boa dona de casa, boa esposa e boa enfermeira, quando estou doente cuida de tudo com desvelo... Percebendo que você era digna de melhor condição de melhor existência resolvi lutar (Jesus, 1963, p. 18).

O cuidado é uma necessidade humana; independentemente de idade, sexo ou classe social, os seres humanos “necessitam de cuidado desde o momento que nascem para a manutenção de suas vidas” (Melo, 2023, p.98). Nessa linha, o narrador de *Pedaços da Fome* (1963) expressa o cuidado por meio de um caráter materno, configurado a partir de conselhos. É como ouvir uma mãe orientando os filhos sobre as condutas corretas a seguir, bem como as formas de ser mais feliz e próspero. Outra forma pela qual esse cuidado se manifesta é por meio das ações dos personagens, principalmente femininos, em diversos contextos, sejam familiares ou de amizade, que revelam cenas de proteção e apoio emocional, contudo é relevante pontuar que a ironia é uma peculiaridade da escrita de Carolina, no excerto acima o modelo patriarcal

da família ilustra uma forma de resistência da escritora, uma vez que ela própria optou por não casar-se³⁷. Carolina critica o casamento ao descrever a realidade das relações conjugais. Em *Pedaços da Fome* ela traz a violência psicológica no casamento, a exploração por parte do marido preguiçoso que vivia as custas da esposa. Para Carolina o casamento era uma espécie de aprisionamento social e ela valorizava sua independência como mulher, ter a liberdade de criar seus filhos sozinha.

Dona Maura voltou com um caldeirão de sopa e dois pedaços de pão. Ia sentar-se quando notou que Maria Clara não tinha pratos e nem colher. Quando Dona Maura saiu para buscar a vasilha Maria Clara ajuntou: -Como hei de bendizer esta senhora! Estou com tanta fome! Recebo esta sopa como dádiva do céu (Jesus, 1963, p. 86).

No romance em análise, a quebra da característica do trabalho reprodutivo ocorre na segunda fase da narrativa, na qual o esposo não assume seu papel social que, para os parâmetros da época, seria o de provedor – responsável por gerar o sustento familiar –, transferindo para Maria Clara o acúmulo das funções de chefe de família e cuidadora. Nessa ruptura de funções, a família não prospera economicamente, evidenciando as estatísticas sociais que apontam para o aumento da pobreza entre as famílias chefiadas por mulheres, além de revelar a falta de políticas públicas voltadas a esse público.

O marido improdutivo não reproduz a função patriarcal; contudo, reproduz o ambiente de desmazelo em que viveu, sem a presença materna, enfatizando a importância da figura feminina presente para a formação pessoal e social do indivíduo. Carolina Maria de Jesus desenvolve o personagem Paulo Lemes como uma crítica ao capitalismo e ao patriarcalismo, nos quais o poder político e financeiro está concentrado nas mãos de uma minoria elitizada e, aqueles que se rebelam, a ponto de não seguir o modelo social imposto, tendem ao fracasso. Assim, nota-se que o trabalho reprodutivo é predominantemente realizado por mulheres nos espaços privados da unidade familiar e de forma gratuita para o Capital (Melo, 2023). Desse modo, entende-se que o capitalismo depende da estrutura social patriarcal para se reproduzir e se manter ao longo do tempo.

³⁷ Em *Quarto de Despejo*, página 49, Carolina afirma que dispensou pedido de casamento “O senhor Manoel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade (...) Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal”.

Portanto, toda sociedade capitalista depende da reprodução social realizada pelas mulheres no plano doméstico, o que reflete em uma superexploração e limitação das escolhas possíveis para a camada feminina da sociedade. Em razão disso, para garantir uma unidade de reprodução social gratuita para o capitalismo e o Estado Liberal, existe a necessidade da organização da família burguesa com forte presença da denominação masculina (Melo, 2023, p. 99).

Uma vez configurado como trabalho reprodutivo aquele realizado na amplitude do lar, refletir-se-á aqui sobre o trabalho doméstico desempenhado fora do ambiente familiar. Os afazeres realizados pelas mulheres no interior de suas casas são inúmeros e consomem, em média, de 3 a 4 mil horas por ano de uma dona de casa (Davis, 2016, p.225). Para as mulheres que moram no campo, a rotina é mais árdua, uma vez que associam aos trabalhos domésticos as atividades agrícolas, serviços esses de grande importância para a economia e o sustento familiar.

Com o advento da industrialização, a produção econômica que era realizada no ambiente doméstico migrou-se para as fábricas. Assim, alguns produtos, a exemplo de manteiga, tecidos, sabão e pão, tornaram-se industrializados – processo que funcionou como agente causador da desvalorização do trabalho feminino, tendo em vista que os produtos, quando produzidos em casa, tinham como principal objetivo contribuir para a manutenção das necessidades básicas da família. Entretanto, quando produzidos de forma industrial, seu valor está centrado no lucro, cujos beneficiários são os empresários e o capitalismo.

Perante esse quadro, observa-se que foi subtraído do trabalho doméstico a função econômica, restando às mulheres as atividades de cuidar da casa e dos filhos – atividades que não geram lucros e, conseqüentemente, não adquirem valorização pelo viés capitalista. Nesse panorama, a burguesia concebe o termo “dona de casa” para qualificar o trabalho das mulheres brancas, ricas e delicadas. Já as mulheres negras e as pobres sempre trabalharam intensamente, de forma semelhante aos homens, corresponsabilizando-se pelo sustento da família, em virtude dessas condições, não dispunham de tempo para se especializarem para a vida doméstica.

E, ao contrário das donas de casas brancas, que aprenderam a se apoiar no marido para ter segurança econômica, as esposas e mães negras, geralmente também trabalhadoras, raramente puderam dispor de tempo e energia para se tornar especialistas a vida doméstica (Davis, 2016, p. 233).

De maneira análoga, o romance *Pedaços da Fome* (1963) apresenta duas personagens tipicamente representantes da burguesia: Dona Virgínia e a filha, Maria Clara, ambas especializadas na arte de ser dona de casa. A protagonista recebeu formação familiar, reproduzindo o papel da mãe, e ainda educação formal, cujo foco era preparar as mulheres para os ofícios do lar. Contudo, ao se inserir na classe trabalhadora, a personagem não dispunha dos conhecimentos práticos necessários para a realização das atividades domésticas, visto que os trabalhos pesados, como lavar roupa, na cultura à qual pertencia, eram exercidos por empregadas. Isso evidencia a opressão de classe e o poder do sexismo no trabalho feminino. Muitas mulheres, principalmente as negras, desempenham tarefas em suas próprias casas e nas casas de outras mulheres, sem o devido reconhecimento como trabalho técnico e sem remuneração adequada. Ao mesmo tempo, as irmãs brancas e burguesas possuem, na figura do marido, o provedor familiar, ocupando-se apenas do cuidado e educação dos filhos e da organização da casa.

Nesse sentido, é possível compreender que o cuidado se manifesta de formas diferentes, a depender do contexto em que ocorre. Ele pode ser classificado em três categorias: a primeira, e mais recente, é o cuidado como profissão, que se desdobra em atender às necessidades físicas, emocionais e sociais de indivíduos em domicílios ou instituições. A título de exemplo, citam-se as atividades remuneradas de enfermeiras e a recente categoria denominada cuidadoras. A segunda forma é o cuidado como ajuda – uma prestação de serviço e assistência não remunerados a pessoas que precisam – bastante comum nos contextos sociais de pobreza extrema. Por último, destaca-se o terceiro, que é o cuidado como obrigação, outra versão não remunerada, na qual os serviços da casa são atribuídos à mulher como um dever socialmente imposto. Mesmo quando ela ingressa no mercado de trabalho, esses afazeres continuam sendo vistos como sua responsabilidade. Em determinadas situações, conta com o apoio de pessoas próximas para ajudá-la, mas essa colaboração não a isenta da responsabilidade.

Na escrita de Carolina, o trabalho como ajuda é comumente ilustrado por meio de demonstrações de solidariedade de algumas mulheres da favela, que, em determinadas situações, propõem-se a ajudar outra no cuidado com as crianças, para que as mães possam trabalhar. A própria Carolina recebeu essa ajuda em alguns momentos de sua experiência na favela do Canindé, e a descreve em seu diário. Maria Clara, no romance, também contou com o apoio de Dona Maura no cuidado com os

filhos. Contudo, a ficção preserva o tom conservador ao evidenciar que tarefas como lavar, passar, cozinhar e cuidar de crianças são atribuições tradicionais das mulheres.

Ao recapitular os estudos deste capítulo, é possível assegurar que as mulheres – sejam elas negras, brancas, ricas ou pobres – dispensam mais tempo aos trabalhos domésticos do que os homens. Elas realizam uma gama de trabalhos gratuitos em razão da cultura e até mesmo na natureza feminina, em favor de outras pessoas, por razões de afeto, maternidade e de família. Porém, a mulher, independentemente da raça, etnia ou classe social, também precisa, em alguma fase da vida, de afeto e cuidado. Seja na infância, na velhice ou na vida adulta, o cuidado é algo inerente ao ser humano e é de caráter permanente. O caráter feminino e permanente do cuidado é observável na sociedade em diversas esferas, nas escolas, a título de exemplo, o quadro de servidores é de maioria feminina e a participação familiar em reuniões e eventos geralmente é de mães.

Entretanto, vale ressaltar que, embora o cuidado esteja atrelado à natureza feminina, isso não quer dizer que todas as mulheres, independentemente da classe social, estejam unidas por essa prática. É comum encontrar, na sociedade capitalista, mulheres que exploram o trabalho gratuito de outras mulheres. Muitas mães ou donas de casas, para poder se manter no mercado de trabalho, precisam da ajuda de mulheres da família para desempenhar as funções domésticas e de cuidados, muitas vezes sem remuneração ou com um pagamento simbólico. Na contemporaneidade, existem políticas públicas voltadas para o combate à pobreza, contudo, a tradição dos papéis de gênero ainda é um marco importante e determinante na vida das mulheres negras e daquelas de pele branca, mas em condição social precária. Essas mulheres carregam nos ombros a responsabilidade pela condição subalterna na sociedade capitalista. Assim, os papéis de raça, gênero e classe social são agravantes para as desigualdades sociais, tornando a pobreza e a vulnerabilidade um ciclo de contínua reprodução.

3.2 As mulheres pobres: afeto e solidão

Uma questão fundamental a ser discutida, no que concerne à mulher na sociedade, é a afetividade feminina. Neste estudo, destacar-se-ão as questões

afetivas relativas à mulher³⁸, especialmente aquelas que vivem em situação de privação econômica. A mulher branca e burguesa, além de possuir privilégios econômicos, está mais propensa ao casamento e a uma estrutura familiar sólida. Durante muito tempo, o público feminino foi costumeiramente socializado com base no cuidado com o outro, como o esposo e os filhos. Quando essas expectativas não são correspondidas, elas experimentam um sentimento de insatisfação, decorrente da ausência de um relacionamento ou da deficiência dos relacionamentos afetivos, o que pode levá-las ao isolamento e à solidão.

No entanto, essa situação de isolamento está mais propensa às mulheres pretas, uma vez que, desde o período da escravidão, elas são, de certo modo, impedidas de terem uma vida amorosa. Nesse sentido, cumpre dizer que, durante muito tempo, essas mulheres sofreram abusos por parte de seus patrões e não possuíam autonomia para formar a própria família e viver ao lado de quem realmente desejavam. No período pós-escravização, elas continuaram enfrentando uma realidade semelhante à do período escravocrata, marcada pela desigualdade no mercado de trabalho, pela violência doméstica, pela ausência de representação política e de acesso à educação, além da exclusão nos requisitos para casamento. Assim, possuíam menos escolaridade, trabalhavam mais e recebiam menos. Além disso, aquelas que conseguiam superar o preconceito e a discriminação racial enfrentavam maiores dificuldades para encontrar um companheiro com quem se casar. A partir dessa lógica, a pesquisadora Elza Berquó³⁹ afirma que, no contexto histórico retratado em *Pedaços da Fome* (1963), as mulheres negras eram as que menos se casavam. É fundamental ressaltar que poucas mulheres se autodeclaravam como pretas ou pardas, diferente do contexto atual.

A autora analisou os censos dos anos 1960 a 1980 e constatou que, em comparação com as mulheres brancas, as mulheres negras eram as que menos se casavam e constituíam o maior número de solteiras, viúvas e separadas; apontou, ainda, que as mulheres negras se casam em idade mais avançada que as mulheres brancas, além de também fazerem parte da categoria mais propensa ao “celibato definitivo”, ou seja, daquelas que nunca tiveram um relacionamento afetivo (Berquó, 1987 *apud* Jardim; Paoliello, 2022, p.100).

³⁸No que concerne à efetividade da mulher, foi utilizada a dissertação de mestrado intitulada “A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo”, de Claudete Alves da Silva.

³⁹Cf. BERQUÓ, Elza. Nupcialidade da população negra no Brasil. In: **Nupcialidade da população negra no Brasil**, 2011. p. 131.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), as mulheres pretas são as que menos se casam, representando apenas 7% da população. Ainda de acordo com o Instituto, as mulheres brancas se casam 11% mais do que as mulheres negras. Fora do contexto conjugal, essas mulheres assumem sozinhas o sustento da família, com ou sem filhos, o que constitui mais um fator de vulnerabilidade para essa população.

Ainda conforme o IBGE (2020), as mulheres representam 11,4 milhões das famílias formadas por mães solo, sendo, desse total, 7,4 milhões de mulheres pretas. Além disso, elas são as mais afetadas nos casos de violência de gênero e doméstica. Dessa maneira, as relações entre raças demonstram que as mulheres brancas são preferências para os homens, tanto os brancos como os negros, levando as mulheres negras a uma disputa injusta.

Desse modo, as mulheres afro-brasileiras tornaram-se, conforme dados científicos, maioria entre as solteiras, viúvas e separadas. Trata-se de uma exclusão que desumaniza a mulher negra, fazendo com que ela seja vista como um objeto, desprovida de sentimentos, mesmo quando hiperssexualizada. Na sociedade contemporânea, ainda são comuns o desrespeito e o assédio masculino em relação às mulheres, independentemente da etnia; contudo, ressalta-se que as pobres e as negras são mais vulneráveis a esses assédios. Soma-se a isso a imagem projetada no exterior, segundo a qual muitos turistas associam a imagem da mulher brasileira à prostituição e à vulgaridade. Nesse sentido, pode-se entender que a afetividade feminina está intrinsecamente associada às questões de gênero, raça e classe social.

No entanto, embora as mulheres brancas estejam mais propensas à união matrimonial, isso não é requisito para alcançar-se a felicidade ou uma convivência harmoniosa. Outrora era comum casamentos arranjados por conveniência econômica, desconsiderando as preferências e os sentimentos das mulheres. Muitas mulheres brancas, apesar de socialmente bem casadas, viviam em profundo isolamento e solidão, protagonizando uniões sem amor em função do equilíbrio financeiro familiar. Eram mulheres silenciadas pela cultura patriarcal, sem autonomia ou liberdade para conduzirem a própria história.

Nesse ponto, é possível traçar um paralelo com a personagem Maria Clara, do romance aqui estudado. Ainda jovem e pertencente à alta sociedade, ela enfrentava dificuldades para se divertir como as outras jovens de sua época, pois a posição social

e a autoridade de seu pai faziam com que ela levasse uma vida mais reclusa. Já quando casada, não encontrava no esposo as características dos casamentos tradicionais, nos quais o homem é o provedor. Sem essa parceria no relacionamento, faltando-lhe apoio emocional para a vida a dois e para a criação dos filhos. Assim, Maria Clara perde o encanto e a sensibilidade da juventude e busca ser a provedora da família nas condições que lhe são permitidas.

A solidão afetiva da mulher possui forte relação com a origem familiar: as burguesas, por meio das limitações de sua cultura; as negras e as pobres, em decorrência dos desafios vividos em função da sobrevivência. Em contrapartida, os dois últimos grupos possuem agravantes mais significativos, uma vez que, além de sozinhas, muitas ainda são vítimas de violência doméstica e precisam desempenhar a função de provedoras da família. Dessa forma, historicamente, as mulheres negras criaram o costume de mascarar as emoções, priorizando a construção de uma personalidade forte em detrimento da afetividade. A título de exemplo, pode-se mencionar a escritora Carolina Maria de Jesus, que, no decorrer de sua existência, não estabeleceu união estável com nenhum homem, embora tenha afirmado ter vivido vários relacionamentos. Ela optou por não se casar, priorizando a liberdade e individualidade, sentindo-se completa com os filhos, como ela mesma disse: “Não quero homens. Quero só os meus filhos.” (Jesus, 1960, p.100).

Carolina, ao compor os versos citados na epígrafe: “*Digam que eu procurava trabalho, / mas fui sempre preterida. / Digam ao povo brasileiro / que meu sonho era ser escritora*”, revela o quão complexa é a vida da mulher que não se enquadra nos padrões impostos pela cultura patriarcal e elitista. Em seu poema, é possível identificar sentimentos de rejeição, dor e exclusão. No senso comum, a solidão consiste no isolamento, em estar só; porém, para a mulher negra, ela é ainda mais complexa, pois é marcada pela cor e pelo fator econômico.

Os versos revelam a realidade de uma mulher excluída pela sociedade, cuja vida foi marcada pela solidão. A voz da mulher negra foi silenciada pelo sistema patriarcal, que prioriza a voz masculina; a da escritora ecoou solitária no cenário literário brasileiro. Com isso, Carolina, mulher forte e consciente das mazelas sociais e dos reflexos da violência impostos à sua raça, desde o período da escravidão, tomou a decisão de não construir um relacionamento convencional, por meio de casamento ou união estável, uma vez que a prioridade em sua vida era ser escritora.

Por conseguinte, a narrativa *Pedaços da Fome* (1963) remete a um sentimento de solidão, tendo em vista que a grande maioria das mulheres do romance se encontra em algum grau de isolamento – seja pela exclusão social, pela desarmonia familiar ou pela ausência de interações amistosas. A personagem Dona Virginia ocupa-se dos cuidados com o esposo e a filha, e isso lhe basta; diante da ausência da filha, ela não suporta e falece. Dona Raquel, mulher operária que ascendeu na vida por meio do casamento, é ambiciosa, orgulhosa e mercenária; também isolada no seu mundo familiar, passa por cima de princípios e conceitos morais para satisfazer as vontades do filho. Dona Maura, mulher de bom coração, pobre, moradora de habitação coletiva, amiga e protetora de Maria Clara, soube construir laços de amizade, mas vive a solidão da exclusão social.

Maria Clara, por sua vez, transitou pelos dois extremos da vida social e, em ambos, não se sentia completa. Suas experiências figuram como um monólogo: quando jovem, sonhando com um possível casamento e, após casada, com recordações, nostalgia e arrependimento pelo casamento com Paulo. As demais personagens, não nomeadas, são moradoras da habitação coletiva e da favela, também solitárias pelas opressões sociais.

Carolina escreve um texto que reflete sensibilidade e humanidade, que ultrapassa as barreiras da denúncia social. Ela representa mulheres negras, brancas, pobres, imigrantes e tantas outras. A solidão de Maria Clara se mescla com a de Carolina, e ambas formam o retrato da realidade de mulheres e mães de família que, assim como a escritora, cheias de sonhos, demonstram resiliência e determinação em lutar por sobrevivência e dignidade. O que as diferencia é que a miséria da favela deu visibilidade à Carolina, enquanto a mesma miséria tornou Maria Clara invisível para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Falavam que eu tenho sorte. Eu disse-lhes que eu tenho audácia. Eu tenho dois anos de grupo. Mas sei escrever igual ao doutor eu procuro competir com o doutor” (Jesus, 2023).

A partir das reflexões feitas sobre o romance *Pedaços da Fome*, é possível afirmar que a escrita de Carolina Maria de Jesus enriquece a literatura brasileira em virtude da atualidade temática e da sua qualidade técnica. *Pedaços da Fome*, seu primeiro romance publicado, integra seu projeto literário cujo objetivo era firmá-la como escritora. Apesar de fazer parte do ímpeto de se consagrar como autora – que desfila por diversos gêneros literários –, o livro chegou ao público de forma bastante discreta. Foi lançado pela Editora Águila, pouco reconhecida, e seus editores impuseram adaptações que impactaram significativamente a estrutura da produção.

Segundo Carolina, essas mudanças enfraqueceram a história, uma vez que os originais eram fortes: “Mas está tão fraco, que eu não tenho coragem de pô-los a venda. Quando eu puder, quero mandar imprimir-lo do jeito que escrevi. O livro é mais forte do que o quarto de despejo” (Barcellos, 2015, p. 144). A obra possuía mais crítica e denúncia social, sofreu, inclusive, alteração no título, que deveria ser *A Felizarda*. Isso demonstra que o objetivo da escritora não era centrar a escrita na fome, mas na escravidão feminina e na busca pela felicidade. Inclusive, Carolina escreveu o conto: “Onde estaes Felicidade?” (2014), sobre essa temática.

Enquanto os editores demonstravam interesse em seguir com o foco na fome e na miséria da favela – seguindo o paradigma dos primeiros livros –, Carolina tencionava mudar a temática: ela desejava mostrar a escrita “branca”, a capacidade de produzir uma escrita elitizada. Tanto que, para ela, a temática central do romance era a felicidade e seus meandros. Editado uma única vez, o livro não está disponível para venda; o acesso à produção ocorre por meio de versões em PDF disponíveis na internet ou, eventualmente, por alguma unidade encontrada em sebos.

Como mencionado anteriormente, *Pedaços da Fome* (1963) possui um caráter pedagógico, que se concretiza por meio da função humanizadora e transformadora da personagem Maria Clara – representante da elite branca, a qual aprendeu, na escola da fome, a respeitar e valorizar os pobres. À vista disso, é possível estabelecer uma analogia com a parábola bíblica do filho pródigo, no evangelho de Lucas. Nessa passagem, o filho desobediente, após passar por uma grave crise de fome, retorna à casa paterna e reconhece o amor do pai, como revela o excerto a seguir: “Houve uma grande fome em toda aquela região, e ele começou a passar necessidade” e ainda, “ele desejava encher o estômago com as vagens de alfarrobeira que os porcos comiam, mas ninguém lhe dava nada” (Lucas15: 14-16).

No texto de Carolina, a filha também desobedece às ordens paternas, passa pela mesma limitação de alimentos, reconhece a importância do amor paterno e é por ele resgatada. Ainda, na passagem do evangelho de Lucas, é possível perceber: “Depressa! Tragam a melhor roupa e vistam nele. Coloquem um anel em seu dedo e calçados em seus pés [...]. Vamos fazer uma festa e alegrar-nos” (Lucas, 15: 22-23). Nesse processo de sofrimento e reencontro, Maria Clara demonstra interesse em se tornar uma pessoa humanitária, o que pode ser ilustrado com a doação do terreno onde morou, em Osasco, para seus antigos vizinhos.

Ainda nesse contexto bíblico, retoma-se tema debatido no capítulo anterior: o desalento e a solidão do filho mais velho, que passou a vida inteira se dedicando ao trabalho e cuidando dos interesses do seu pai: “Olha! todos esses anos tenho trabalhado como um escravo ao teu serviço e nunca desobedeci às tuas ordens. Mas tu nunca me deste nem um cabrito para eu festejar com os meus amigos” (Lucas, 15:29). Esse desalento e solidão ilustram o sentimento das mulheres pobres e pretas que trabalham e contribuem para enriquecer a Nação, mas não têm acesso nem mesmo aos elementos básicos de necessidade.

Nesse sentido, *Pedaços da Fome* (1963) apresenta uma visão conservadora do casamento, baseada em tradições e valores estabelecidos há anos pela sociedade machista, na qual os papéis de homem e mulher são definidos de forma tradicional: o homem na posição de provedor, a mulher como cuidadora e a monogamia como valor central do relacionamento. A família constituída por meio do casamento é considerada uma instituição fundamental, próspera e necessária para o sucesso social. Conquanto, na narrativa, assiste-se a uma crítica a esse modelo de casamento, uma vez que os papéis e as oportunidades destinadas a Maria Clara, representante da classe feminina, foram limitados.

Outra crítica a ser observada fundamenta-se nas desigualdades entre homens e mulheres. Além disso, destaca-se a inflexibilidade e a incapacidade de adaptação às mudanças sociais e culturais. O casal Pedro e Virgínia é fiel representante do casamento conservador: amorosos, prósperos, respeitosos e leais um ao outro, ambos se sacrificam pela realização do parceiro, com o homem exercendo a autoridade na relação. Contudo, os demais casais não se estruturam nesses pilares. Dona Raquel e seu esposo, por exemplo, não possuem um relacionamento harmônico, pois é a esposa quem dita as regras da família, caracterizando-se por ser abusiva e invasiva.

Maria Clara e Paulo, embora conservem a fidelidade – além de ser possível notar um certo sentimento de amor do esposo pela mulher –, não apresentam companheirismo, respeito nem lealdade na relação. O antagonista mente para Maria Clara desde o início, visto que fingia ser um dentista rico. A deslealdade prevalece ao longo da narrativa, na medida em que ele não se esforça para ajudar a esposa na condução e no sustento familiar, reincidindo na omissão da verdade em diversos momentos, como no caso da mudança. Nos dois últimos casais, a figura masculina não exerce a autoridade no casamento – característica importante para um relacionamento conservador.

A produção literária de Carolina Maria de Jesus, no século XX, cujo maior destaque foi o Livro *Quarto de Despejo* (1960), foi por muito tempo colocada em um lugar de insignificância. O romance aqui estudado; ainda é pouco conhecido, no entanto, cabe ressaltar que sua escrita contribui e reivindica a importância do papel da mulher na sociedade e na literatura brasileira. Seus textos apresentam mulheres submetidas a diversos tipos de preconceitos – racial, econômico e social –, além de assumirem a chefia da família e valorizarem a autonomia e o protagonismo. De Jesus representa as experiências das mulheres negras e pobres do Brasil, uma vez que sua literatura, relegada ao título de marginal, é uma poderosa forma de questionar e desafiar as estruturas de poder, promover a igualdade e a justiça para as mulheres e grupos marginalizados.

É preciso, ademais, frisar que Carolina Maria de Jesus empresta suas experiências para a criação literária, partindo de uma realidade vivida por ela ou por tantas mulheres que, sendo negras, pobres ou mesmo burguesas, não usufruem dos mesmos privilégios masculinos. Isso vai ao encontro do conceito de “escrevivência”, posteriormente criado por Conceição Evaristo (2020), que assim o definiu: “Eu venho trabalhando com esse termo desde 1995 – na minha dissertação de mestrado, várias vezes fiz um jogo com o vocabulário e as ideias de escrever, viver, se ver” (Evaristo, 2020, p. 59).

Os críticos de literatura apontam a fome e a miséria como temas centrais na obra da escritora. Contudo, observa-se outro elemento presente em seus textos: a resiliência feminina. Tanto a personagem Carolina, de *Quarto de Despejo* (1960), quanto as personagens Bitita, de *Diário de Bitita* (1990), e Maria Clara, do romance aqui estudado, evidenciam o quanto a mulher consegue lidar com as adversidades e

os traumas de forma estoica, visto vez que essas personagens se adaptaram e se reergueram perante as dificuldades.

Quanto às limitações sofridas por essas personagens, faz-se necessário questionar: se Carolina Maria de Jesus fosse uma mulher branca, passaria pelos mesmos infortúnios? Se ela fosse rica, encontraria as mesmas dificuldades para se realizar como escritora? E Maria Clara, na condição de negra, conseguiria sensibilizar Dona Maura e ser protegida por ela como uma filha? Ficaria tão deslocada no cortiço e seria alvo de chacota das vizinhas? Nesse sentido, Carolina foi extremamente cuidadosa ao desenhar em seu texto uma personagem branca, fora de seus privilégios, submissa e moradora da favela, em uma sociedade patriarcal.

Em se tratando da inspiração literária, muitos estudos aproximam a escrita do Romantismo, uma vez que ficam evidentes elementos, como a relação entre sujeito e natureza: a descrição da protagonista como uma figura angelical, pura, portadora de uma beleza ímpar e de postura submissa, conforme defende Vizzotto (2024, p. 64): “A descrição do cenário natural cria o ambiente propício para a cena que virá a seguir –no caso, o momento em que Maria Clara e Paulo Lemes se conhecem. Aqui vários paralelos são possíveis com o romantismo”.

No início da narrativa, a protagonista alimenta um sonho único: ser o amor exclusivo na vida de um homem e, assim, viver esse amor com ele. Nesse paradigma, a história de Maria Clara circunda o conformismo da sua condição de mulher – primeiro ao pai e depois ao marido. À sombra dessas figuras masculinas, ela se protegia dos julgamentos das pessoas e da pobreza.

Não somente traços do Romantismo podem ser observados nesse romance; observam-se, também, traços do Realismo, uma vez que o enredo e os personagens principais se submetem aos destinos das leis naturais. O enredo desfila pelo cotidiano do subúrbio da cidade de São Paulo, que se projetava como um grande polo industrial. No entanto, essa cidade utópica, para Carolina, excluiu negros e pobres do processo de modernização e progresso pelo qual o país passava naquela época. A narrativa traz à tona as batalhas travadas no cotidiano pelas mulheres contra a imposição daqueles que dominam as famílias monoparentais, destacando as injustiças que ela mesma já vivenciou.

Pedaços da Fome (1963) é mais do que uma representação da realidade; é uma crítica à sociedade e às suas estruturas. A rotina de Maria Clara, na moradia em Osasco e, posteriormente, na favela, assim como as descrições de sons, cores e

cheiros, coadunam-se com a narrativa de *O Cortiço* (2015), de Aluísio Azevedo, conforme apresenta o fragmento: “E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco.” (Azevedo, 2015, p. 18).

O texto literário é criação da linguagem, sendo esta o lugar da significação, o lugar de onde advém toda a interpretação de mundo. Em *Pedaços da Fome* (1963), a linguagem é simples, fluída e coloquial; em certos momentos, mescla-se com vocábulos rebuscados, refletindo a experiência e a origem humilde de uma escritora dedicada a aprimorar constantemente seus textos. Carolina ansiava por aperfeiçoar sua técnica de escrita e poética; queria utilizar as belas letras. Assim, em seus textos, percebe-se a convivência entre palavras eruditas e coloquiais. Estas características fazem parte da produção literária de Carolina Maria de Jesus com a poética de resíduos, termo calcado por Rafaela Fernandes para definir a obra literária da autora.

Nesse diálogo, por ser tratar de um gênero clássico, elaborado e elitizado, é possível afirmar que esse foi um dos motivos pelos quais a escritora precisou empenhar tanto esforço para publicar um romance. Nesse aspecto, Carolina foi alvo de inúmeras críticas; muitos teóricos e críticos afirmaram que ela utilizava termos rebuscados e complexos sem, de fato, compreendê-los: “Por conta disso, foi considerada pernóstica por ‘alguns críticos’, o que Carolina Maria de Jesus denuncia e responde em *Casa de Alvenaria*” (Vizzotto, 2024, p.59).

Essas críticas apresentam o caráter ambíguo da literatura, levando em consideração que, no mesmo período literário de Jesus, outro escritor brasileiro fazia uso de recurso semelhante: Guimarães Rosa tinha um estilo que incluía neologismos, regionalismos, além de uma linguagem poética para apresentar a realidade sertaneja. Contudo, estamos diante de um homem, branco, diplomata, culto e elitizado. Para a crítica literária, tais características do escritor mineiro constituem recursos literários que enobrecem sua obra; já para a também escritora mineira, pobre, negra e semianalfabeta, as divergências ortográficas não se configuram como um recurso, mas como um problema estilístico.

Em *Cinderela Negra* (2015), sua filha Vera Eunice narra que a mãe tinha vergonha dos erros deixados pela edição de *Pedaços da Fome* (1963). Diferentemente dos livros anteriores, cujo caráter pessoal e confessional – um desabafo –, esse romance se constituía como o grande projeto da vida: a realização

de seu sonho, e ela desejava ser reconhecida por ele. Não fazia parte de seus planos uma publicação sem as devidas revisões ou com as alterações que foram realizadas.

Por muito tempo, a prática da escrita foi um privilégio dos homens burgueses; às mulheres, cabiam a leitura e os trabalhos domésticos. Carolina Maria de Jesus, ao se firmar como escritora, rompeu, em certa medida, com o sexismo e com o preconceito racial e social. Seus textos transmitem emoções e pensamentos com bastante autenticidade, conectando o leitor diretamente com as experiências narradas. Assim, ressalta-se que o fator determinante para o não reconhecimento de Carolina como escritora de grande relevância para a literatura brasileira não foi a qualidade de seus textos, mas, a falta de recursos financeiros e a sua cor. Todavia, é preciso ressaltar, aqui, as palavras de Carolina Maria de Jesus presentes na epígrafe dessas considerações finais. *Pedaços da Fome* (1963) representa a audácia da escritora ao se aventurar em um gênero tipicamente elitizado. Sua escrita negra e simples, fruto de uma mulher semianalfabeta, possui riqueza literária suficiente para competir com a escrita dos doutores, destacando que a oralitura⁴⁰ é sua maior riqueza.

Ademais, a produção literária de Carolina foi vítima de preconceito linguístico, uma vez que a escrita conserva uma linguagem mais popular, próxima da linguagem oral, características que, por vezes, não são consideradas sofisticadas. Esses elementos contribuíram para a desvalorização de sua obra. No entanto, sua escrevivência representa a voz popular, a experiência de vida dos marginalizados. Representa, também, a riqueza e a complexidade da linguagem popular, valorizando a diversidade linguística e cultural brasileira. Assim, ao lado de Guimarães Rosa, Carolina representa a pluralidade cultural e social do Brasil.

A crítica literária de uma obra é uma importante ferramenta para compreender a sua relevância na literatura, bem como para avaliar a qualidade estética e literária. O texto não existe por si só: ele oferece a cada observador/leitor aspectos diferentes, e o crítico não está isento disso. Nesse sentido, para Heloísa Buarque de Hollanda (1990, p. 5), deve-se “questionar os paradigmas de um essencialismo e de um universalismo que de certa forma determinam os critérios estéticos tradicionais e as estratégias interpretáveis da crítica literária”. Por isso, a crítica da metade do século XX, composta, majoritariamente, por uma aristocracia patriarcal, elitista e classista,

⁴⁰ Literatura oral que evidencia a produção literária e cultural do negro.

não atribuiu valor à escrevivência de Carolina Maria de Jesus; contudo, é dever dos atuais pesquisadores acomodá-la na “sala de visitas” da literatura brasileira.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p.

RODA EDUCATIVA. Antônio Candido. **Youtube**. 6 junho de 2014. (5min. 43s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4cpNuVWQ44E&t=45s>. Acesso em: 12 set. 2023.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 1ª ed. São Paulo. Via Leitura, 2015.

BERGAMINI, Atilio. Da forma ao impublicável: Carolina Maria de Jesus esua arte. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 59, 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. De colonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p.147-163, 2015.

BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 3, 2018.

BILGE, Sirma; REIS, Marcus Vinicius. Panoramas recentes do feminismo na interseccionalidade. **Escritas do Tempo**, v. 2, n. 6, p. 238-256, 2020.

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985.

BRANCO, Lúcia Castello. **O que é escrita feminina?**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Lei n.º 9.077 de 10 de julho de 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9077.htm. Acesso em: 6 set. 2023.

BRUGGER, Walter. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Herder, 1962.

CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. 1ª ed. São Paulo. Editora Elefante, 2022.

CANDIDO, Antonio. A Personagem do Romance. *In*: CANDIDO, Antonio *et al.* **A personagem de ficção**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

Carolinamariadejesus.ims.com.br/obra-mais-livros/

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Editora Todavia, 2022.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo. Editora Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: **VV.AA.Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, v. 1, p. 1-12, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima (org.). **Memorial do Memoricídio**: escritoras brasileiras esquecidas pela história. Luas, 2023.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FELIZARDO, Jessica. O que é interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw. **Youtube**, 19 março de 2020. (1min. 54 s.). Disponível em: <https://youtu.be/EV8yiTpgA7o?si=CPcCGNNq6lgNZB1F>. Acesso em: 11 jun. de 2024.

FERNANDEZ, Rafaella Andréa. **A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus**. Brasília: Edições Carolina. 2018. E-book

FERNANDEZ, Rafaella Andréa. Breve cartografia do espólio literário de Carolina Maria de Jesus. **Manuscrita: Revista de Crítica Genética**, n. 31, p. 10-26, 2016.

FERNANDEZ, Rafaella Andréa. **Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus**. Orientadora Vera Maria Chalmers: 2015. Tese de doutorado Teoria e História Literária, na área de Teoria e Crítica Literária - Universidade Estadual de Campinas.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Editora Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo. Editora Nacional, 1936.

FRONZA, Cristiane Viana da Silva; COSTA, Maria Edileuza da. A representação feminina na obra *Pedaços da Fome*, de Carolina Maria de Jesus. In: SILVA, Sandro Adriano da (Org.). **A cor e a fome de um quarto de despejo**: 60 anos da obra de Carolina Maria de Jesus. Catu: Bordô-Grená, 2021. *E-book*.

GONÇALVES, Marco Antônio. Um mundo feito de papel: sofrimento e estetização da vida (os diários de Carolina Maria de Jesus). **Horizontes Antropológicos**, v. 20, p. 21-47, 2014.

GONZALEZ, Lelia. **América Ladina**. 1ª ed. S.L. Biblioteca Básica Latino americana. 2022.

INSTITUTO MOREIRA SALES. Obras de Carolina Maria de Jesus. Disponível em: carolinamariadejeus.ims.com.br/obras/. Acesso em 05/dez/2025.

JARDIM, Maria Chaves; PAOLIELLO, Renata Medeiros. Abandono, solidão e desistência do amor: o racismo como elemento excludente de mulheres pretas no mercado do afeto. **Revista Tomo**, n. 41, p. 87-126, 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Antologia Pessoal**. Rio de Janeiro, Editora: UFRJ, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**. Osasco: Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, Carolina Maria de. **Meu estranho diário**. São Paulo: Xamã, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. **O Escravo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Onde estaes Felicidade?**. São Paulo: Editora Me Parió Revolução, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Pedaços da Fome**. São Paulo: Editora Águila, 1963.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Editora Ática, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Provérbios**. São Paulo, s/editora, s/data.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

MACHADO, Maria Clara; FARIAS, Marina (Org). **Carolina Maria de Jesus**: cartografia Crítica. Edições Carolina, 2023. E-book.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. **Revista USP**, n. 37, p. 82-91, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert M. **Cinderela negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Sacramento: Editora Bertolucci, 2015.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus**: experiência marginal e construção estética. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da Pobreza e Políticas Públicas para mulheres, **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambú – MG, 2004.

PEREIRA, Germana Henriques (org.). **Carolina Maria de Jesus**: Uma questão autoral. São Paulo: Pontes Editores, 2023.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

PRIORE, Mary Del; FREITAS, Marcos Cezar de. **História das mulheres**: as vozes do silêncio. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2010.

ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Emilio Sales. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes mito e realidade**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2013.

SANTIAGO, Ana Rita. **Vozes literárias de escritoras negras**. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2012.

SCHWARZ, Roberto (org.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SILVA, José Carlos Gomes da. Carolina Maria de Jesus e os discursos da negritude: literatura afro-brasileira, jornais negros e vozes marginalizadas. **História & Perspectivas**, v. 39, p. 59-88, 2008.

SILVA, Thamyres Cristina Araujo Melo da; MIRANDA, Marcelo Ricardo Bezerra de. Feminização da pobreza: uma questão histórica de gênero e segregação da mulher. **Anais do VII CBG**, 2014.

SOUZA, Márcio Ferreira de. Gilberto Freyre e a Representação Feminina na Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil. **Sociais e Humanas**, v. 24, n. 2, p. 88-100, 2011.

SZUL, Karoline Dutra; SILVA, Lenir Mainardes da. Feminização da pobreza no Brasil. **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**. Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017. 2017.

TEIXEIRA, Cecília Ribas Borges. Entre o ser e o estar: o feminino no discurso literário. ("Entre o ser e o estar: o feminino no discurso literário – ResearchGate") **Revista de Filosofia Guairacá**. Guarapuava, 2009. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/1125/1082>. Acesso em: 15 set. 2022.

TESAURO sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero – #homen-cis. THESA, Rio Grande do Sul, 24 out. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/22168>. Acesso em: 22 jul. 2025.

VIZZOTTO, Luciana Placucci. **Romance de retalhos**: uma análise da composição e da edição de Pedacos da fome de Carolina Maria de Jesus. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-11022025-105724/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

WOOLF, Virginia. **As mulheres devem chorar... ou se unir contra a guerra**: patriarcado e militarismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.